


UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - PROPLAD
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS - CCF



**NOTAS EXPLICATIVAS DOS DEMONSTRATIVOS
CONTÁBEIS DA UFC - EXERCÍCIO DE 2018**

FORTALEZA(CE), FEVEREIRO DE 2019



Notas Explicativas – Exercício de 2018

SUMÁRIO

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO.....	8
1.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.....	8
1.2 ESTRUTURA ORGÂNICA DA REITORIA.....	8
1.2.1 Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Reitor.....	8
1.2.1 Órgãos de Assessoramento ao Reitor.....	8
1.2.2 Órgãos de Planejamento e Administração.....	9
1.2.3 Órgãos de Atividades Específicas.....	9
1.2.4 Órgãos Suplementares.....	9
1.3 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA.....	9
1.3.1 Centros, Faculdades e Institutos.....	9
1.3.2 Unidades no Interior do Estado.....	10
2. ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	10
2.1.1 De acordo com a Seção IV, do Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Administrativas:.....	11
2.1.2 De acordo com o Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Administrativas:.....	12
2.1.3 De acordo com a Seção II, do Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Acadêmicas:.....	14
3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	14
4. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	15
5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	20
5.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....	20
5.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	21
5.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	22
5.4 BALANÇO FINANCEIRO.....	23
5.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	24
6. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL.....	25
6.1 VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE.....	25
6.2 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO.....	25
6.3 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	25
6.4 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO.....	26
6.5 DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO.....	26
6.6 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR DE LONGO PRAZO.....	26
6.7 IMOBILIZADO.....	26
6.7.1 Bens Móveis.....	27
6.7.2 Bens Imóveis.....	27
6.7.3 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado.....	30
6.8 INTANGÍVEL.....	31



Notas Explicativas – Exercício de 2018

6.8.1	<i>Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment</i>	33
6.8.2	<i>Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível</i>	33
6.9	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	33
6.10	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	35
6.11	AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS.....	37
6.11.1	<i>Ajuste para perdas - Valores a Receber</i>	38
6.11.2	<i>Ajustes para Perdas – Estoques</i>	39
6.12	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	39
7.	NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	40
7.1	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	40
7.2	EXECUÇÃO DAS RECEITAS	41
7.2.1	<i>Receitas Correntes</i>	41
7.2.2	<i>Receitas de Capital</i>	42
7.3	EXECUÇÃO DAS DESPESAS	42
7.3.1	<i>Despesas Correntes</i>	42
7.3.2	<i>Despesas de Capital</i>	44
7.4	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS RESTOS A PAGAR.....	45
8.	NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)	48
8.1	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	49
8.2	VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS.....	49
8.3	PESSOAL E ENCARGOS	49
8.4	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	50
8.5	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	50
8.6	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS.....	50
8.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	50
9.	NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO	51
9.1	INGRESSOS: RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....	51
9.2	INGRESSOS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS.....	51
9.3	INGRESSOS: RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	51
9.4	DISPÊNDIOS: DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS.....	51
9.5	DISPÊNDIOS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	52
9.6	DISPÊNDIOS: DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	52
10.	NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	52
10.1	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS.....	53
10.2	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: INGRESSOS - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS.....	53
10.3	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - DESEMBOLSO: EDUCAÇÃO	53
10.4	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - DESEMBOLSO: PREVIDÊNCIA SOCIAL	53



Notas Explicativas – Exercício de 2018

10.5	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: DESEMBOLSOS - SAÚDE	54
10.6	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: DESEMBOLSOS – GESTÃO AMBIENTAL.....	54
10.7	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: DESEMBOLSOS – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS – INTRAGOVERNAMENTAIS	54
10.8	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: DESEMBOLSOS - AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	54



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bens Móveis - Composição	27
Tabela 2 - Bens Imóveis - Composição	28
Tabela 3 - Bens de Uso Especial - Composição	28
Tabela 4 - Ajustes de Exercícios Anteriores - Ativo Imobilizado	30
Tabela 5 - Intangível – Composição	32
Tabela 6 - Vida útil do Software	33
Tabela 7 - Ajuste de Exercícios Anteriores - Ativo Intangível - Software	33
Tabela 8 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição	33
Tabela 9 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor.....	34
Tabela 10 - Obrigações Contratuais - Composição.....	35
Tabela 11 - Obrigações Contratuais - por Contrato.....	36
Tabela 12 - Criart Serviços de Terceirização de mão de obra - por tipos de contratos	36
Tabela 13 - Construtora Porto Ltda - por tipos de contratos	37
Tabela 14 - Companhia Energética do Ceará - por tipos de contratos	37
Tabela 15 - Valores médios a receber	38
Tabela 16 - Média dos Recebimentos e Quociente dos Recebimentos.....	38
Tabela 17 - Cálculo da Estimativa de Perda.....	39
Tabela 18 – Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores	39
Tabela 19 – Previsão e Execução de Receitas e Despesas	40
Tabela 20 - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição	41
Tabela 21 - Despesas Correntes – Composição.....	42
Tabela 22 - Despesas Correntes - valores empenhados - por origem do orçamento.....	43
Tabela 23 - Valores empenhados - por outros os órgãos	43
Tabela 24 - Valores empenhados - Despesas de Capital	44
Tabela 25 – Estoque de Restos a Pagar não Processados (RPNP): origem do orçamento executado	45
Tabela 26 - Restos a Pagar não Processados - por origem do orçamento executado.....	47
Tabela 27 - Restos a Pagar - por Unidade Grupo de Despesa.....	47
Tabela 28 - Exceções à inscrição de Restos a Pagar não Processados	48



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organograma da UFC	11
Quadro 2 - Competência das Unidades da UFC.....	11
Quadro 3 - Gestão da Unidades Administrativas da UFC.....	12
Quadro 4 - Organograma Geral da UFC	13
Quadro 5 - Unidades Acadêmicas da UFC	14



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Execução de RPNP por ano de emissão da Nota de Empenho 46



LISTA DE ABERVIATURAS E SIGLAS

ANA - Agência Nacional de Águas
BF - Balanço Financeiro
BO - Balanço Orçamentário
BP - Balanço Patrimonial
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CGU - Controladoria Geral da União
CONSUNI - Conselho Universitário
DCON - Demonstrações Contábeis
DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
FNE - Fundo Nacional de Saúde
HUWC - Hospital Universitário Walter Cantídio
ICA - Instituto de Cultura e Arte
IEFES - Instituto de Educação Física e Esportes
LABOMAR - Laboratório de Ciências do Mar
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEAC - Maternidade Escola Assis Chateaubriand
MEC - Ministério da Educação
MS - Ministério da Saúde
NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NE - Notas Explicativas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PIPCP - Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PSS - Previdência dos Servidores Públicos Federais
RMB - Relatório Mensal de Bens
RU - Restaurante Universitário
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIPAC - Sistema de Gestão de Almoxarifado
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
STI - Secretaria de Tecnologia da Informação



Notas Explicativas – Exercício de 2018

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TED - Termo de Execução Descentralizada

UFC - Universidade Federal do Ceará

UG - Unidade Gestora

UGE - Unidade Gestora Executora

VPAs - Variações Patrimoniais Aumentativas

VPDs - Variações Patrimoniais Diminutivas



1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A Universidade Federal do Ceará (UFC), criada em 1954, é uma instituição federal de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação.

A UFC é regida administrativa e juridicamente de acordo com seu Estatuto, Regimento Geral e Regimento Interno de suas diversas unidades. A administração e coordenação das atividades universitárias são exercidas em dois níveis:

Administração Superior e Administração Acadêmica.

1.1 Administração Superior

A Administração Superior da Universidade é exercida através dos seguintes órgãos:

Conselho Universitário (CONSUNI): O Conselho Universitário (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão superior deliberativo e consultivo para traçar a política universitária e decidir em matéria de administração, inclusive gestão econômico-financeira;

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE): O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade, em matéria de ensino, pesquisa e extensão;

Conselho de Curadores: O Conselho de Curadores (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão com atribuições de fiscalização econômico-financeira;

Reitoria: Órgão Superior executivo que tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar as atividades de administração em geral, de planejamento, de assuntos estudantis, de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e de extensão no âmbito da Universidade.

1.2 Estrutura Orgânica da Reitoria

1.2.1 Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Reitor

- Gabinete
- Procuradoria Geral

1.2.1 Órgãos de Assessoramento ao Reitor

- Auditoria Geral
- Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional
- Coordenadoria de Concursos
- Ouvidoria Geral
- Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores



Notas Explicativas – Exercício de 2018

1.2.2 Órgãos de Planejamento e Administração

- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
- Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
- Superintendência de Hospitais Universitários
- Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental

1.2.3 Órgãos de Atividades Específicas

- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
- Pró-Reitoria de Extensão
- Pró-Reitoria de Graduação
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

1.2.4 Órgãos Suplementares

- Biblioteca Universitária
- Memorial da UFC
- Museu de Arte
- Seara da Ciência
- Secretaria de Acessibilidade
- Secretaria de Cultura Artística
- Secretaria de Tecnologia da Informação
- Secretaria de Governança

1.3 Administração Acadêmica

Os departamentos são coordenados por unidades, com a denominação de Centros ou Faculdades. Os departamentos constituem a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científico, bem como de distribuição de pessoal, exceto nos casos dos campi de Sobral, Quixadá, Russas, Crateús e dos Institutos de Ciências do Mar (LABOMAR), Cultura e Arte (ICA), Universidade Virtual (UFC Virtual) e de Educação Física e Esportes (IEFES), nos quais as unidades acadêmicas são constituídas pelas coordenações dos cursos.

1.3.1 Centros, Faculdades e Institutos

- Centro de Ciências
- Centro de Ciências Agrárias
- Centro de Humanidades
- Centro de Tecnologia
- Faculdade de Direito



Notas Explicativas – Exercício de 2018

- Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade
- Faculdade de Educação
- Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem
- Faculdade de Medicina
- Instituto de Ciências do Mar
- Instituto de Cultura e Arte
- Instituto de Educação Física e Esportes
- Instituto Universidade Virtual

1.3.2 Unidades no Interior do Estado

- Campus da UFC em Crateús
- Campus da UFC em Quixadá
- Campus da UFC em Russas
- Campus da UFC em Sobral
- A Administração Superior criou uma estrutura acadêmico-administrativa diferenciada nas unidades acadêmicas do Interior do Estado. A opção foi de não criar departamentos; portanto, as unidades acadêmicas são os próprios campi, constituídos pelas coordenações dos cursos existentes.
- A administração dos campi do Interior do Estado, dos institutos e dos centros ou faculdades é exercida pelos seguintes órgãos:
 - Conselho do Campus (Unidades do Interior do Estado)
 - Conselho de Centro ou Conselho Departamental (nas Faculdades)
 - Diretoria
 - Vice - Diretoria
 - Secretaria
 - Coordenação de Cursos de Graduação
 - Coordenação de Cursos de Pós-Graduação

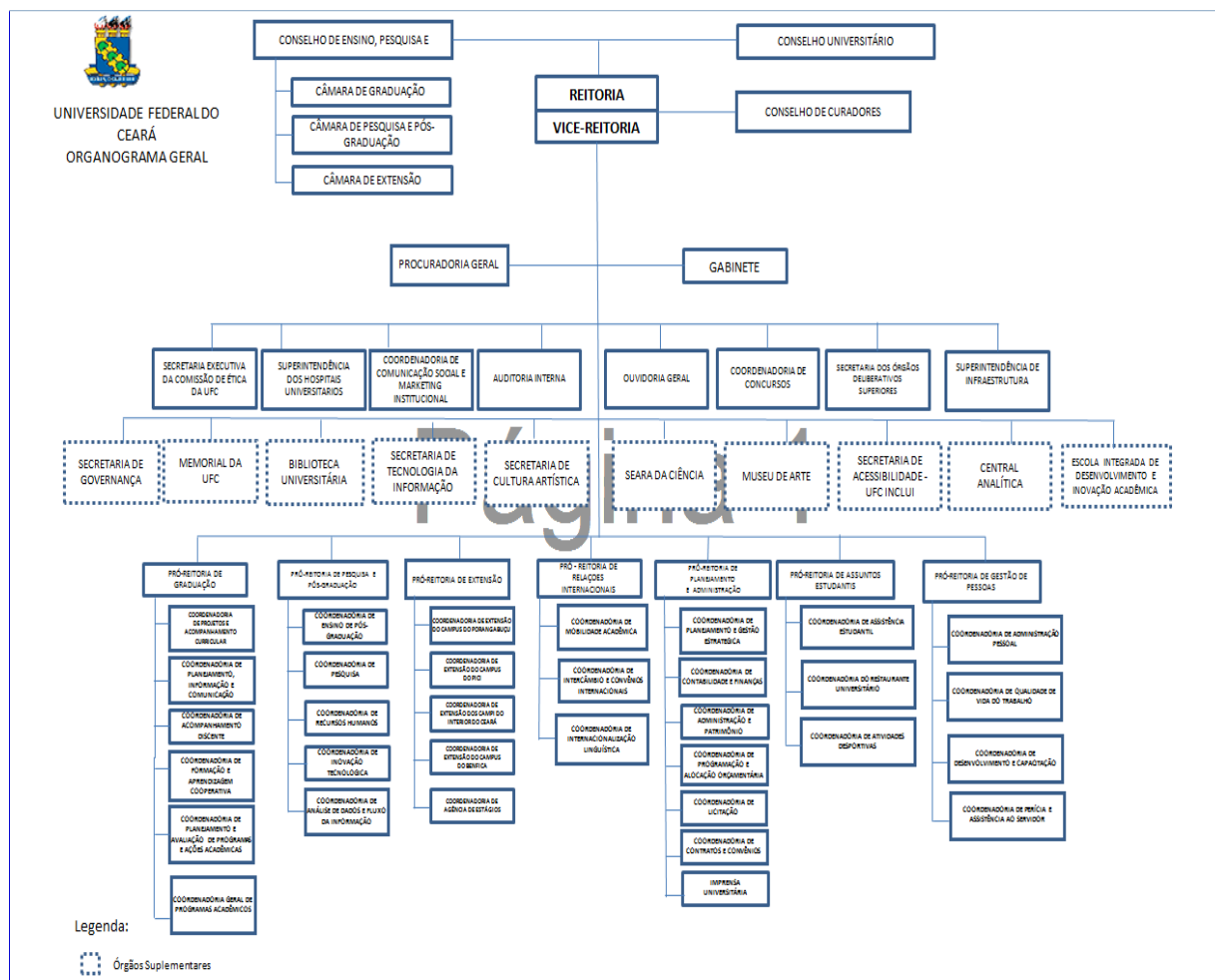
2. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Em relação ao organograma funcional, apresentam-se abaixo os organogramas relativos às unidades administrativas e às unidades acadêmicas, em separado. Quanto às atribuições e competências das subunidades da UFC são descritas no Regimento da Reitoria. Trata-se o Regimento da Reitoria de documento oficial da Instituição disponibilizado no *link*: http://www.ufc.br/imagens/_files/a_universidade/regimento_reitoria/regimento_reitoria.pdf



Notas Explicativas – Exercício de 2018

Quadro 1 - Organograma da UFC



2.1.1 De acordo com a Seção IV, do Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Administrativas:

"Art. 28. A UFC terá 7 (sete) Pró-Reitorias destinadas a atuação nas áreas a seguir discriminadas"

Quadro 2 - Competência das Unidades da UFC

Unidades	Competências	Titular	Cargo
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Compete promover e assistir a comunidade estudantil em toda sua plenitude e planejar, gerir e executar os programas assistenciais dirigidos a essa comunidade, através das atividades desenvolvidas.	Prof. Manuel Antônio de Andrade Furtado Neto	Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Pró-Reitoria de Extensão	Compete promover, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades de extensão da Universidade Federal do Ceará.	Prof. ^a Márcia Maria Tavares Machado	Pró-Reitora de Extensão
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Compete planejar, coordenar, supervisionar, acompanhar e controlar todas as atividades inerentes à administração e desenvolvimento de recursos humanos da Universidade Federal do Ceará	Pró-Reitora: Marilene Feitosa Soares	Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Pró-Reitoria de Graduação	Compete programar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades inerentes à formação de graduação, garantindo sempre a articulação	Pró-Reitor: Prof. Cláudio de Albuquerque Marques	Pró-Reitor de Graduação



Notas Explicativas – Exercício de 2018

Unidades	Competências	Titular	Cargo
	com as Coordenações dos Cursos, Departamentos e Unidades Acadêmicas		
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Compete programar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de Pesquisa e Pós-Graduação no âmbito da Universidade, através das seguintes unidades.	Pró-Reitor: Prof. Antônio Gomes de Souza Filho	Pró-Reitor de pesquisa e Pós-Graduação
Pró-Reitoria de Relações Internacionais	Compete promover e coordenar as relações da Universidade com instituições estrangeiras de educação, ciência e cultura, bem como oferecer o suporte necessário à execução de convênios e acordos internacionais através das atividades desenvolvidas pelas unidades que lhe são subordinadas.	Prof. José Soares de Andrade Júnior	Pró-Reitor de Relações Internacionais
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração	Elaborar gestão e avaliação do planejamento, orçamento, modernização administrativa, estatística e informática. A gestão do orçamento se dá por meio da execução orçamentária destinada ao atendimento das demandas das unidades acadêmicas e demais unidades administrativas, abrigando, ainda, gestão de contratos firmados com terceiros e a Imprensa Universitária (IU).	Prof. Almir Bittencourt da Silva	Pró-Reitor de Planejamento e Administração

2.1.2 De acordo com o Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Administrativas:

Quadro 3 - Gestão da Unidades Administrativas da UFC

Unidades	Competências	Titular	Cargo
Superintendência dos Hospitais Universitários	-	Prof. José Luciano Bezerra Moreira	Superintendente dos Hospitais Universitários
Superintendência de Infraestrutura	Compete supervisionar, coordenar, gerir e controlar as atividades relacionadas com projetos, obras, manutenção, recuperação e atividades auxiliares no âmbito da Universidade.	Prof. José Ademar Gondim Vasconcelos	Superintendente de Infraestrutura
Biblioteca Universitária	Compete prover a Universidade Federal do Ceará de um sistema central de informação, de forma a proporcionar serviços biblioteconômicos e documentais eficientes que possibilitem o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Francisco Jonatan Soares	Diretor da Biblioteca Universitária
Memorial da UFC	Tem por missão coletar, produzir, registrar a história e memória da Universidade Federal do Ceará, com a finalidade de preservá-las e difundí-las garantindo o acesso da sociedade ao patrimônio universitário de forma compartilhada.	Marcela Gonçalves Teixeira	Coordenadora de Memorial da UFC
Museu de Arte	Compete programar, dirigir e desenvolver atividades no campo das artes plásticas, no âmbito da UFC, objetivando a preservação, enriquecimento e	Prof. Pedro Eymar Barbosa Costa	Diretor DE Museu de Arte



Notas Explicativas – Exercício de 2018

2.1.3 De acordo com a Seção II, do Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Acadêmicas:

"Art. 31. A Diretoria será o órgão executivo encarregado de superintender, coordenar e fiscalizar as atividades de cada Centro ou Faculdade."

Quadro 5 - Unidades Acadêmicas da UFC

Unidades	Competências	Titular	Cargo
Centro de Ciências		Prof. Raimundo Nogueira da Costa Filho	Diretor do Centro de Ciências
Centro de Ciências Agrárias		Prof.ª Sônia Maria Pinheiro de Oliveira	Diretor do Centro de Ciências Agrárias
Centro de Humanidades		Prof.ª Vládía Maria Cabral Borges	Diretora do Centro de Humanidades
Centro de Tecnologia		Prof. Carlos Almir Monteiro de Holanda	Diretor do Centro de Tecnologia
Faculdade de Direito		Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque	Diretor da Faculdade de Direito
Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo		Prof. Augusto César de Aquino Cabral	Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo
Faculdade de Educação		Prof.ª Maria Isabel Figueiras Lima Ciasca	Diretora da Faculdade de Educação
Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem		Prof.ª Lidiany Karla Azevedo	Diretora da Faculdade de Farmácia, Odontologia, e Enfermagem
Faculdade de Medicina		Prof.ª Valéria Goês Ferreira Pinheiro	Diretora da Faculdade de Medicina
Campus de Sobral		Prof. Vicente de Paulo Teixeira Pinto	Diretor do Campus de Sobral
Campus de Quixadá		Prof. Davi Romero de Vasconcelos	Diretor do Campus de Quixadá
Campus de Crateús		Maria Elias Soares	Diretor do Campus de Crateús
Campus de Russas		Prof. Lindberg Lima Gonçalves	Diretor do Campus de Russas
Instituto de Ciências do Mar		Prof.ª Ozileia Bezerra Menezes	Diretora do Instituto de Ciências do Mar
Instituto de Cultura e Arte		Prof. Sandro Thomaz Gouveia	Diretor do Instituto de Cultura e Arte
Instituto de Educação Física e Esportes		Prof. Antônio Barroso Lima	Diretor do Instituto de Educação Física e Esportes
Instituto Universidade Virtual - UFC Virtual		Prof. Mauro Cavalcante Pequeno	Diretor do Instituto Universidade Virtual -UFC Virtual

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As **Demonstrações Contábeis da Universidade Federal do Ceará (UFC)** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 e respectivas alterações. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis (DCON).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação



Notas Explicativas – Exercício de 2018

patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

4. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e, por consequência, na UFC, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v)



Notas Explicativas – Exercício de 2018

empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à



Notas Explicativas – Exercício de 2018

depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k) Passivos circulantes e não circulantes



Notas Explicativas – Exercício de 2018

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

m) Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

n) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

n.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou



Notas Explicativas – Exercício de 2018

na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

n.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

n.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas (NE), podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.



Notas Explicativas – Exercício de 2018

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Balanço Patrimonial

R\$

ATIVO	NE	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE		123.383.319,51	38.537.201,39
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.3	109.398.584,20	19.326.104,99
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	6.2	12.067.799,93	17.273.843,10
Estoques		1.898.935,38	1.937.253,30
VPDs Pagas Antecipadamente	6.1	18.000,00	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		999.109.011,73	1.015.228.224,56
Ativo Realizável a Longo Prazo		0,35	0,35
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		0,35	0,35
Imobilizado	6.7	998.673.454,52	1.014.823.519,86
Bens Móveis	6.7.1	181.475.301,88	206.157.450,91
Bens Móveis		254.419.973,26	249.863.726,57
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-72.944.671,38	-43.706.275,66
Bens Imóveis	6.7.2	817.198.152,64	808.666.068,95
Bens Imóveis		825.200.377,37	813.441.668,37
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-8.002.224,73	-4.775.599,42
Intangível	6.8	435.556,86	404.704,35
Softwares		435.556,86	404.704,35
Softwares		442.654,71	404.704,35
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-7.097,85	-
TOTAL DO ATIVO		1.122.492.331,24	1.053.765.425,95

PASSIVO	NE	102.209.416,21	5.389.669,76
PASSIVO CIRCULANTE		102.209.416,21	5.389.669,76
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	6.4	83.594.405,25	1.145.908,92
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6.9	8.155.596,69	4.006.967,26
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		90,09	90,09
Demais Obrigações a Curto Prazo	6.5	10.459.324,18	236.703,49
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		86.101.511,97	86.101.511,97
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	6.6	86.101.511,97	86.101.511,97
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		188.310.928,18	91.491.181,73
Demais Reservas		0	10.807.872,96
Resultados Acumulados		934.181.403,06	951.466.371,26
Resultado do Exercício		-4.417.898,15	19.977.022,09
Resultados de Exercícios Anteriores		951.466.371,26	947.081.714,50
Ajustes de Exercícios Anteriores	6.12	-12.867.070,05	-15.592.365,33
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		934.181.403,06	962.274.244,22
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.122.492.331,24	1.053.765.425,95

	NE		
ATIVO FINANCEIRO		109.398.584,20	19.326.104,99
ATIVO PERMANENTE		1.013.093.747,04	1.034.439.320,96
PASSIVO FINANCEIRO		162.481.865,19	79.706.885,74
PASSIVO PERMANENTE		94.617.037,64	87.247.420,89
SALDO PATRIMONIAL		865.393.428,41	886.811.119,32

ATIVO/ Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		82.967.192,17	97.598.655,98
Execução dos Atos Potenciais Ativos		82.967.192,17	97.598.655,98
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		6.031.312,58	15.051.286,65
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneros a Rec.		73.523.424,17	77.066.447,08
Direitos Contratuais a Executar		3.412.455,42	5.480.922,25
TOTAL		82.967.192,17	97.598.655,98
PASSIVO/ Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		196.840.614,93	206.051.028,17
Execução dos Atos Potenciais Passivos		196.840.614,93	206.051.028,17
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneros a Liberar		130.000,00	0
Obrigações Contratuais a Executar	6.10	196.710.614,93	206.051.028,17
TOTAL		196.840.614,93	206.051.028,17

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-22.908.331,97
Recursos Vinculados	-30.174.949,02
Educação	-11.945.138,84
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-6.906.213,16
Previdência Social (RPPS)	91,03
Recursos de Receitas Financeiras	-1.129.601,66



Notas Explicativas – Exercício de 2018

Alienação de Bens e Direitos	255.287,80
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-207.964,43
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-10.241.409,76
TOTAL	-53.083.280,99

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb

5.2 Balanço Orçamentário

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	NE	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	6.937.353,00	6.937.353,00	7.2.1	6.618.611,21	-318.741,79
Receita Patrimonial	1.479.768,00	1.479.768,00		1.347.344,35	-132.423,65
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.479.768,00	1.479.768,00		1.347.344,35	-132.423,65
Receita Agropecuária	5.271,00	5.271,00		1.987,89	-3.283,11
Receitas de Serviços	5.381.395,00	5.381.395,00		5.126.454,47	-254.940,53
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.381.395,00	5.381.395,00		5.125.826,47	-255.568,53
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				55,00	55,00
Outros Serviços				573,00	573,00
Outras Receitas Correntes	70.919,00	70.919,00		142.824,50	71.905,50
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	26.053,00	26.053,00		35.071,56	9.018,56
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	10.939,00	10.939,00		92.995,76	82.056,76
Demais Receitas Correntes	33.927,00	33.927,00		14.757,18	-19.169,82
RECEITAS DE CAPITAL	40.344,00	40.344,00	7.2.2		-40.344,00
Alienação de Bens	40.344,00	40.344,00			-40.344,00
Alienação de Bens Móveis	40.344,00	40.344,00			-40.344,00
SUBTOTAL DE RECEITAS	6.977.697,00	6.977.697,00		6.618.611,21	-359.085,79
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	6.977.697,00	6.977.697,00		6.618.611,21	-359.085,79
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / DEFICIT			7.1	1.372.831.652,21	1.372.831.652,21
TOTAL	6.977.697,00	6.977.697,00		1.379.450.263,42	1.372.472.566,42

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	NE	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.336.696.854,00	1.374.942.459,00	7.3.1	1.353.178.982,74	1.318.632.436,39	1.231.581.875,51	21.763.476,26
Pessoal e Encargos Sociais	1.131.842.612,00	1.182.334.292,00		1.152.983.270,83	1.152.978.202,64	1.072.980.435,89	29.351.021,17
Outras Despesas Correntes	204.854.242,00	192.608.167,00		200.195.711,91	165.654.233,75	158.601.439,62	-7.587.544,91
DESPESAS DE CAPITAL	36.077.773,00	12.145.446,00	7.3.2	26.271.280,68	9.133.254,56	5.172.142,38	-14.125.834,68
Investimentos	36.077.773,00	12.145.446,00		26.271.280,68	9.133.254,56	5.172.142,38	-14.125.834,68
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.372.774.627,00	1.387.087.905,00		1.379.450.263,42	1.327.765.690,95	1.236.754.017,89	7.637.641,58
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.372.774.627,00	1.387.087.905,00		1.379.450.263,42	1.327.765.690,95	1.236.754.017,89	7.637.641,58
TOTAL	1.372.774.627,00	1.387.087.905,00		1.379.450.263,42	1.327.765.690,95	1.236.754.017,89	7.637.641,58

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.4	13.990.383,42	29.731.457,82	27.356.642,95	26.877.911,23	8.412.615,16	8.431.314,85
Pessoal e Encargos Sociais		14.739,74				14.739,74	
Outras Despesas Correntes		13.975.643,68	29.731.457,82	27.356.642,95	26.877.911,23	8.397.875,42	8.431.314,85
DESPESAS DE CAPITAL		15.383.401,25	16.357.882,41	18.608.988,69	18.306.226,53	3.957.374,91	9.477.682,22
Investimentos		15.383.401,25	16.357.882,41	18.608.988,69	18.306.226,53	3.957.374,91	9.477.682,22
TOTAL		29.373.784,67	46.089.340,23	45.965.631,64	45.184.137,76	12.369.990,07	17.908.997,07

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		908.583,18	2.397.425,45	2.351.980,28	0,04	954.028,31
Outras Despesas Correntes		908.583,18	2.397.425,45	2.351.980,28	0,04	954.028,31
DESPESAS DE CAPITAL		771.062,57	19.086,15	19.086,15	--	771.062,57
Investimentos		771.062,57	19.086,15	19.086,15	---	771.062,57
TOTAL		1.679.645,75	2.416.511,60	2.371.066,43	0,04	1.725.090,88

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Notas Explicativas – Exercício de 2018

5.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	31/12/2018	31/12/2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.703.371.860,76	1.618.004.880,95
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		6.475.855,92	6.323.616,90
Venda de Mercadorias		2.226,89	3.284,28
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		6.473.629,03	6.320.332,62
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		14.877,27	23.792,93
Juros e Encargos de Mora		14.374,75	13.883,01
Variações Monetárias e Cambiais		502,52	9.909,92
Transferências e Delegações Recebidas	8.1	1.596.964.790,69	1.571.261.199,02
Transferências Intragovernamentais		1.596.518.098,34	1.566.673.894,21
Outras Transferências e Delegações Recebidas		446.692,35	4.587.304,81
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	8.2	98.167.355,31	35.318.617,86
Reavaliação de Ativos		17.697.764,29	29.327.668,03
Ganhos com Incorporação de Ativos		80.469.590,98	4.937.334,77
Ganhos com Desincorporação de Passivos		0,04	1.053.615,06
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.748.981,57	5.077.654,24
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		0	267.580,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		504.621,84	3.005.868,86
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.244.359,73	1.804.205,38
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.707.789.758,91	1.598.027.858,86
Pessoal e Encargos	8.3	730.085.035,53	699.576.135,10
Remuneração a Pessoal		582.833.613,99	556.504.794,34
Encargos Patronais		109.744.113,31	106.761.362,08
Benefícios a Pessoal		37.298.908,23	36.309.978,68
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		208.400,00	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8.4	472.077.321,86	438.521.785,85
Aposentadorias e Reformas		346.742.365,90	336.249.291,28
Pensões		124.607.429,27	101.410.276,41
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		727.526,69	862.218,16
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	8.5	145.672.181,84	145.971.812,94
Uso de Material de Consumo		5.574.287,86	5.827.817,05
Serviços		120.931.657,73	126.888.053,68
Depreciação, Amortização e Exaustão		19.166.236,25	13.255.942,21
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		7.687,40	28.393,51
Juros e Encargos de Mora		7.511,53	28.393,51
Descontos Financeiros Concedidos		175,87	-
Transferências e Delegações Concedidas	8.6	230.422.047,68	226.207.399,16
Transferências Intragovernamentais		229.877.606,84	226.123.209,62
Transferências a Instituições Privadas		84.969,78	83.121,18
Outras Transferências e Delegações Concedidas		459.471,06	1.068,36
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	8.7	101.460.469,52	58.088.571,86
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		7.862.478,31	31.909.327,61
Perdas com Alienação			
Perdas Involuntárias		1.576,98	-
Incorporação de Passivos		194.177,90	99.248,04
Desincorporação de Ativos		93.402.236,33	26.079.996,21
Tributárias		554.952,84	512.739,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.895,74	15.027,21
Contribuições		553.057,10	497.712,15
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		27.510.062,24	29.121.021,08
Incentivos		27.500.652,16	29.118.433,48
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		9.410,08	2.587,60
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-4.417.898,15	19.977.022,09

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Notas Explicativas – Exercício de 2018

5.4 Balanço Financeiro

R\$

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	31/12/2018	12/12/2017
Receitas Orçamentárias	9.1	6.618.611,21	8.354.981,37
Ordinárias		0	1.336.274,42
Vinculadas		6.703.390,45	7.113.374,81
Educação		4.644,00	311.170,49
Recursos de Receitas Financeiras			
Alienação de Bens e Direitos			272.380,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		6.698.746,45	6.529.824,32
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-84.779,24	-94.667,86
Transferências Financeiras Recebidas	9.2	1.596.517.298,34	1.566.673.894,21
Resultantes da Execução Orçamentária		1.548.996.513,02	1.506.371.728,18
Repasso Recebido		1.548.996.513,02	1.506.371.728,18
Sub-repasso Recebido			
Independentes da Execução Orçamentária		47.520.785,32	60.302.166,03
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		44.259.126,99	57.258.594,14
Demais Transferências Recebidas		0	229.750,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais		3.261.658,33	2.813.821,89
Recebimentos Extraorçamentários	9.3	145.599.197,20	48.749.871,99
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		91.011.673,06	2.055.975,45
Inscrição dos Restos a Pagar não Processados		51.684.572,47	46.089.340,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.784.281,31	537.681,78
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.118.670,36	66.874,53
Arrecadação de Outra Unidade		1.118.670,36	54.935,15
Demais Recebimentos		0,00	11.939,38
Saldo do Exercício Anterior		19.326.104,99	15.725.129,06
Caixa e Equivalentes de Caixa		19.326.104,99	15.725.129,06
TOTAL		1.768.061.211,74	1.639.503.876,63
DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	31/12/2018	12/12/2017
Despesas Orçamentárias	9.4	1.379.450.263,42	1.341.418.071,09
Ordinárias		1.098.282.072,86	171.836.190,60
Vinculadas		281.168.190,56	1.169.581.880,49
Educação		4.903.586,76	708.351.656,72
Seguridade Social (Exceto Previdência)		57.368.951,24	455.565.188,71
Previdência Social (RPPS)		188.544.756,64	-
Recursos de Receitas Financeiras		998.675,08	-
Operação de Crédito			342.503,83
Alienação de Bens e Direitos			45.522,20
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		14.468.633,40	5.277.009,03
Outros Recursos Vinculados a Fundos		14.883.587,44	
Transferências Financeiras Concedidas	9.5	229.872.086,84	226.123.209,62
Resultantes da Execução Orçamentária		227.582.611,18	224.380.626,13
Repasso Concedido		2.380,08	3.359,20
Sub-repasso Concedido		227.530.141,35	224.377.266,93
Repasso Devolvido		50.089,75	
Independentes da Execução Orçamentária		2.289.475,66	1.742.583,49
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		283.677,26	7.399,19
Demais Transferências Concedidas		815.345,65	74.531,36
Movimento de Saldos Patrimoniais		1.190.452,75	1.660.652,94
Despesas Extraorçamentárias	9.6	49.340.277,28	52.636.490,93
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		2.371.066,43	293.043,84
Pagamento dos Restos a Pagar não Processados		45.184.137,76	51.786.768,62
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.784.594,14	544.739,09
Outros Pagamentos Extraorçamentários		478,95	11.939,38
Valores Compensados		439,86	11.939,38
Demais Pagamentos		39,09	
Saldo para o Exercício Seguinte		109.398.584,20	19.326.104,99
Caixa e Equivalentes de Caixa		109.398.584,20	19.326.104,99
TOTAL		1.768.061.211,74	1.639.503.876,63

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Notas Explicativas – Exercício de 2018

5.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

R\$

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/12/2018	12/12/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		113.569.934,27	37.830.970,89
INGRESSOS		1.606.038.861,22	1.575.361.051,89
Receitas Derivadas e Originárias	10.2	6.618.611,21	8.082.601,37
Receita Patrimonial		1.347.344,35	1.280.926,60
Receita Agropecuária		1.987,89	3.284,28
Receita de Serviços		5.126.454,47	5.039.406,02
Outras Receitas Derivadas e Originárias		142.824,50	1.758.984,47
Outros Ingressos das Operações		1.599.420.250,01	1.567.278.450,52
Ingressos Extraorçamentários		1.784.281,31	537.681,78
Transferências Financeiras Recebidas	10.1	1.596.517.298,34	1.566.673.894,21
Arrecadação de Outra Unidade		1.118.670,36	54.935,15
Demais Recebimentos			11939,38
DESEMBOLSOS		-1.492.468.926,95	-1.537.530.081,00
Pessoal e Demais Despesas		-1.151.430.026,66	-1.203.906.684,01
Segurança Pública		-204,90	-254.156,13
Assistência Social		-263.043,00	-
Previdência Social	10.4	-434.706.020,79	-452.457.803,14
Saúde	10.5	-3.079.493,22	-2.790.486,69
Trabalho		-	-951.175,00
Educação	10.3	-712.866.126,91	-741.883.571,80
Cultura		-	-234.416,57
Direitos da Cidadania		-14.950,00	-795.095,94
Gestão Ambiental	10.6	-381.172,81	-302.586,16
Ciência e Tecnologia		-	-47.600,00
Organização Agrária		-33.994,56	-152.482,10
Indústria		-21.830,47	-24.750,48
Encargos Especiais		-63.190,00	-4.012.560,00
Transferências Concedidas		-109.381.740,36	-106.943.508,90
Intragovernamentais	10.7	-109.296.770,58	-106.860.387,72
Outras Transferências Concedidas		-84.969,78	-83.121,18
Outros Desembolsos das Operações		-231.657.159,93	-226.679.888,09
Dispêndios Extraorçamentários		-1.784.594,14	-544.739,09
Transferências Financeiras Concedidas		-229.872.086,84	-226.123.209,62
Valores Compensados		-439,86	-11.939,38
Demais Pagamentos		-39,09	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-23.497.455,06	-34.229.994,96
INGRESSOS		0	272.380,00
Alienação de Bens		0	272.380,00
DESEMBOLSOS		-23.497.455,06	-34.502.374,96
Aquisição de Ativo Não Circulante	10.8	-23.410.934,80	-34.489.505,06
Outros Desembolsos de Investimentos		-86.520,26	-12.869,90
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		90.072.479,21	3.600.975,93
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		19.326.104,99	15.725.129,06
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		109.398.584,20	19.326.104,99

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Notas Explicativas – Exercício de 2018

6. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, serão apresentadas as considerações acerca dos itens do Balanço Patrimonial (BP) levando em conta as variações mais relevantes durante o exercício de 2018 em relação ao exercício anterior, bem como informações específicas sobre o Ativo Imobilizado, Ativo Intangível, Ajustes para Perdas, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Contratuais e Ajustes de Exercícios Anteriores.

6.1 VPDs Pagas Antecipadamente

Os valores registrados nesse grupo são referentes a valores adiantados à Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, no âmbito do contrato 75/2018, para pagamento de diárias e passagens. Como os pagamentos foram feitos de forma antecipada à ocorrência da despesa, em obediência ao princípio da competência, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) são reconhecidas mensalmente. Assim, a medida que o valor desse grupo de contas vai sendo baixado, é registrada como contrapartida uma VPD.

6.2 Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

O saldo deste grupo apresentou uma redução de aproximadamente 30% no exercício de 2018 quando comparado com o saldo final do ano de 2017. Nesse grupo, os direitos que apresentaram variações mais relevantes, durante o exercício de 2018, foram os decorrentes do adiantamento de décimo terceiro salário. Os valores adiantados de décimo terceiro salário ao final do ano de 2018 foram 97,45% inferiores aos apresentados no final do exercício de 2017. O valor mais representativo em relação ao total deste grupo é referente ao adiantamento de férias, que totalizou ao final do ano de 2018 aproximadamente 9,2 milhões, o que é equivalente a 76,38% do total do grupo. O saldo da conta de adiantamento de férias refere-se a valores adiantados a servidores referentes a férias que ainda não tiveram o seu período aquisitivo transcorrido.

6.3 Caixas e Equivalentes de Caixa

Ao final do exercício de 2018 o valor disponível em caixa e equivalentes de caixa foi aproximadamente 466% superior ao valor disponível ao final do exercício de 2017. Essa variação foi causada pela mudança na sistemática de pagamentos promovida pelo governo federal ao final do ano de 2018. Com a adoção da nova sistemática de pagamentos, os pagamentos efetuados no dia 31/12/2018 não impactaram o saldo de caixa do exercício de 2018, sendo contabilizados somente no exercício seguinte. O valor dos pagamentos efetuados em 2018 que tiveram as ordens bancárias e a consequente redução das disponibilidades efetivadas em 2019 foi de aproximadamente 84 milhões, valor composto principalmente pela folha de pagamento de pessoal. Assim, se fosse desconsiderado o efeito da mudança da sistemática de pagamentos, o saldo das disponibilidades de caixa ao final do ano de 2018 seria 29% superior ao saldo ao final do exercício de 2017.



6.4 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

A maior parcela do saldo desse grupo (90,45%) se refere a valores de salários, remunerações e benefícios a pagar referentes a folha de pagamento de pessoal do mês de dezembro de 2018. Por conta da mudança na sistemática de pagamento do governo federal, promovida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Ao contrário do que ocorria em exercícios anteriores, a baixa das obrigações do passivo só ocorreu no ano de 2019, com a emissão da ordem bancária. Tendo como motivo principal a mudança na sistemática de pagamentos, o valor pendente de pagamento deste grupo de obrigações foi 7.195% superior ao valor apresentado no final do exercício de 2017.

O reconhecimento de obrigações com precatórios de pessoal também contribuiu para a diferença entre o saldo apresentado no final do exercício de 2018, quando comparado com o mesmo período de 2017. Durante o mês de outubro de 2018, foram feitos registros contábeis de reconhecimento de passivos referentes a precatórios a pagar, no valor total de R\$ 7,8 milhões, com parcelas a vencer em 2019. A Justiça Federal, ao identificar a existência do passivo para a UFC, efetuou registro contábil, reconhecendo a obrigação a pagar, mesmo não havendo, em 2018, cobertura orçamentária.

6.5 Demais Obrigações de Curto Prazo

O saldo desse grupo apresentou um acréscimo de 4.318,75% no ano de 2018, quando comparado ao saldo final do ano de 2017. O valor substancialmente superior das obrigações deste grupo ao final do ano de 2018, tem como motivo principal, a alteração na sistemática de pagamento do Governo Federal, conforme já detalhado no item anterior. As principais obrigações a pagar deste grupo ao final do ano de 2018 são referentes às retenções efetuadas na Folha de Pagamento de pessoal, que, assim como a própria Folha de Pagamento, tiveram a contabilização do pagamento efetuada no início do exercício de 2019.

6.6 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Longo Prazo

O saldo desse grupo representa 45,72% do total do passivo exigível ao final exercício de 2018. Os valores registrados nesse grupo são referentes a Precatórios de Pessoal no valor de R\$ 86.101.511,97. Durante o ano de 2018, não houve variação no saldo deste grupo quando comparado ao saldo ao final do exercício de 2017.

6.7 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. A UFC, deste o ano de 2017, instituiu comissão permanente de avaliação de bens móveis que passou a, para os bens adquiridos de forma gratuita, realizar avaliação do bem. O valor justo obtido pela avaliação desta comissão é utilizado como base para efetuar o reconhecimento inicial dos bens adquiridos a título gratuito. Após o reconhecimento



Notas Explicativas – Exercício de 2018

inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

Em 31/12/2018, a UFC apresentou um saldo de R\$ 998.673.454,52 relacionados ao imobilizado.

6.7.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis da UFC em 31/12/2018 totalizavam R\$ 181.475.301,88 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 1 - Bens Móveis - Composição

	R\$			
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	73.704.940,04	73.260.329,19	0,61%	40,61%
Bens de Informática	32.695.294,65	31.707.916,88	3,11%	18,02%
Móveis e Utensílios	38.073.017,77	37.865.727,25	0,55%	20,98%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	87.742.478,84	86.735.441,86	1,16%	48,35%
Veículos	18.412.737,19	19.283.291,19	-4,51%	10,15%
Peças e Conjuntos de Reposição	0,00	0,00		0,00%
Bens Móveis em Andamento	3.417.839,30	650.182,73	425,67%	1,88%
Armamentos	2,00	2,00	0,00%	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	109.477,58	96.449,58	13,51%	0,06%
Demais Bens Móveis	264.185,89	264.385,89	-0,08%	0,15%
Depreciação / Amortização Acumulada	-72.944.671,38	-43.706.275,66	66,90%	-40,20%
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00		0,00%
Total	181.475.301,88	206.157.450,91	-11,97%	100,00%

Fonte: SIAFI 2018 e SIAFI 2017.

Dos Bens Móveis registrados na UFC, 48,35% referem-se à Material Cultural, Educacional e de Comunicação. Dentro desta classe de bens, o valor mais relevante é referente a Obras de Arte e Peças para Reposição, totalizando R\$ 58.967.595,94, que representa aproximadamente 32,5% do total de bens móveis.

A maior variação durante o exercício de 2018, em termos percentuais, ocorreu com o grupo Bens Móveis em Andamento, essa variação é explicada, principalmente pelo registro contábil, durante o mês de dezembro/2018, referente a liquidação de despesa com importação, no valor de R\$ 2.886.240,00. A importação do bem não foi concluída até o final do exercício de 2018. Quando o processo de importação do bem for concluído, o saldo da conta será transferido para a conta do ativo imobilizado específica.

6.7.2 Bens Imóveis



Notas Explicativas – Exercício de 2018

Os Bens Imóveis da UFC em 31/12/2018 totalizavam aproximadamente R\$ 817 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 2 - Bens Imóveis - Composição

	R\$			
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)	AV(%)
Bens de Uso Especial	753.950.086,84	691.124.296,10	9,09%	92,26%
Bens Imóveis em Andamento	71.250.290,53	121.725.084,89	-41,47%	8,72%
Instalações	0,00	592.287,38	-100,00%	0,00%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-8.002.224,73	-4.775.599,42	67,56%	-0,98%
Total	817.198.152,64	808.666.068,95	1,06%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

Os Bens de Uso Especial correspondem a aproximadamente 92% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFC, perfazendo o montante de aproximadamente R\$ 754 milhões em 31/12/2018 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário da UFC são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Terrenos/Glebas, conforme pode-se observar na tabela 3.

Durante o ano de 2018, foram feitas baixas de valores registrados em contas transitórias de obras em andamento e instalações por ocasião da conclusão de obras, o que explica a redução de 41,47% do grupo de bens imóveis em andamento e 100% da conta de instalações, quando comparado com o saldo final do ano de 2017. Após a baixa de obras em andamento, os valores são registrados nas contas de imóveis definitivas. Assim, o acréscimo de aproximadamente 9% no grupo de bens de uso especial também decorre da regularização de obras concluídas.

A tabela a seguir demonstra a composição do grupo Bens de Uso Especial, com destaque para a conta de Imóveis de Uso Educacional, que representa aproximadamente 68% do total de bens de uso especial.

Tabela 3 - Bens de Uso Especial - Composição

	R\$			
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)	AV(%)
Imóveis de Uso Educacional	516.791.843,11	453.134.868,38	14,05%	68,54%
Terrenos, Glebas	196.905.255,54	198.290.627,96	-0,70%	26,12%
Edifícios	26.484.219,74	26.449.934,73	0,13%	3,51%
Imóveis Residenciais e Comerciais	6.275.811,15	6.275.811,15	0,00%	0,83%
Fazendas, Parques e Reservas	6.009.103,43	5.489.200,01	9,47%	0,80%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.483.853,87	1.483.853,87	0,00%	0,20%
Total	753.950.086,84	691.124.296,10	9,09%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.



Notas Explicativas – Exercício de 2018

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Universidade Federal do Ceará têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 e no Manual de Gestão Patrimonial da UFC, disponível no site da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; sempre que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Não foi identificada, no período, qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo.

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A partir do mês de agosto de 2017, até o mês de dezembro/2017, não foi registrada a depreciação dos bens móveis. No mês de dezembro/2018, após corrigidas as inconsistências no cálculo da depreciação, foi efetuado o registro contábil da depreciação referente ao exercício de 2018, bem como o registro, tendo como contrapartida a conta de ajuste de exercícios anteriores, da depreciação meses de agosto a dezembro de 2017.



(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. Esse sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

6.7.3 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do Patrimônio Líquido.

A tabela a seguir detalha todos os ajustes de exercícios anteriores efetuados durante o exercício de 2018 que tiveram como contrapartida contas do Ativo Imobilizado.

Tabela 4 - Ajustes de Exercícios Anteriores - Ativo Imobilizado

Conta Contábil - Contrapartida	Descrição da Movimentação	VALOR
-----------------------------------	---------------------------	-------



Notas Explicativas – Exercício de 2018

OBRAS EM ANDAMENTO	BAIXAS DE VALORES REGISTRADOS EM CONTA DE DE OBRAS EM ANDAMENTO, REFERENTES A OBRAS CONCLUÍDAS ANTES DE SER REALIZADA A REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, OCORRIDA EM 31/12/2014.	- 6.076.416,02
OBRAS EM ANDAMENTO	BAIXAS DE VALORES REGISTRADOS EM CONTA DE OBRAS EM ANDAMENTO, REFERENTES A OBRAS CONCLUÍDAS E REGISTRADAS NA CONTA DE BENS IMÓVEIS DEFINITIVA, PORÉM NÃO HAVIA SIDO REALIZADA A BAIXA DA CONTA DE OBRAS EM ANDAMENTO.	- 68.619,16
ESTUDOS E PROJETOS	BAIXA DE VALOR REGISTRADO, EM 2009, NA CONTA TRANSITÓRIA DE PROJETOS. REFERENTE A DISPÊNDIOS REGISTRADOS NA NATUREZA DE DESPESA DE PROJETOS EM QUE NÃO FOI POSSÍVEL A ASSOCIAÇÃO A UM IMÓVEL ESPECÍFICO.	- 14.850,00
EQUIPAM/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	BAIXA DE VALOR DE BEM DE TERCEIRO INDEVIDAMENTE INCORPORADO EM EXERCÍCIO ANTERIOR AO ATIVO IMOBILIZADO POR OCASIÃO DE INVENTÁRIO	- 4.368,04
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	BAIXA DE BENS MÓVEIS CUJO REGISTRO DE BAIXA NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL OCORREU EM 2017	- 131,92
DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	DEPRECIACAO DOS BENS MOVEIS REFERENTES AO ANO DE 2017(MESES DE AGOSTO A DEZEMBRO)	- 7.947.615,78
DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	DEPRECIACAO DOS BENS MOVEIS (RELACIONADO AO PERIODO ATE DEZ/2017) REFERENTE AO BENS NAO REAVALIADOS ADQUIRIDOS ANTES DE 2010	- 6.988.919,94
MOBILIARIO EM GERAL		450,00
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	ESTORNO DA DEPRECIACÃO REFERENTE A EXERCÍCIOS ANTERIORES DE BENS DE TERCEIROS, INDEVIDAMENTE INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO DA UFC	912,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS		286,76
CONTA DE BENS MÓVEIS REFERENTE AOS BENS ALIENADOS		- 999.804,69
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	AJUSTE CONTÁBIL REFERENTE A COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DE INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.104,00
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	AJUSTE DE VALORES DO ACERVO BIBLIOGRAFICO, CONFORME SOLICITAÇÃO FEITA PELA BIBLIOTECA UNIVERSITARIA E, RAZÃO DE INCONSISTÊNCIAS DETECTADAS NOS RELATORIOS MENSIS DO ACERVO BIBLIOGRAFICO DO ANO DE 2017.	193,64
TOTAL		-22.097.779,15

Fonte: SIAFI, 2018.

6.8 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).



Notas Explicativas – Exercício de 2018

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no período em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros. Não existem ativos intangíveis obtidos a título gratuito compondo o patrimônio deste Órgão.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Durante o segundo trimestre de 2017, foram revisados todos os ativos intangíveis reconhecidos, com o objetivo de identificar algum evento que ensejasse em alteração da vida útil ou perda por redução ao valor recuperável. Atualmente, todos os valores registrados no Ativo Intangível são referentes a Softwares.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2018, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 468.556,86 relacionados a intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os períodos 31/12/2017 e 31/12/2018.

Tabela 5 - Intangível – Composição

			R\$	
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)	AV(%)
Software com Vida Útil Definida	36.503,36	5.069,90	620,00%	8,38%
Software com Vida Útil Indefinida	406.151,35	399.634,45	1,63%	93,25%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	0,00	0,00		0,00%
Amortização Acumulada	-7.097,85	0,00		-1,63%
Total	435.556,86	404.704,35	7,62%	100%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Indefinida, que representa 93,25% do grupo. A variação ocorrida durante o exercício de 2018, no grupo Ativo Intangível, é referente à aquisição de softwares com vida útil definida de interesse da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e aquisição de softwares com vida útil indefinida de interesse da Secretaria de Acessibilidade e o registro de amortização de softwares.

A tabela 5 a seguir detalha as informações acerca da vida útil dos Softwares com vida útil definida.



Notas Explicativas – Exercício de 2018

Tabela 6 - Vida útil do Software

Software	Valor bruto(R\$)	vida útil total em meses	valor amortizado (R\$)	meses amortizados	Valor Líquido Contábil em 31/12/2018(R\$)
04 Licenças do Software Banco de Dados SQL Server, com validade de 03 anos e 16 Licenças do Software Windows Server Standard também com validade de 03 anos. Ambos os softwares são de interesse da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e foram adquiridos através do Pregão 89/2017	36.503,36	36	7.097,88	7	29.405,48
Total	36.503,36¹		7.097,88		29.405,48

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017.

6.8.1 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Durante o ano de 2018, não foram identificados Softwares em situação de imparidade.

6.8.2 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido. Durante o exercício de 2018, foi registrado amortização no valor de R\$ 422,49 referente ao exercício de 2017, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 7 - Ajuste de Exercícios Anteriores - Ativo Intangível - Software

Conta Contábil	Descrição da Movimentação	VALOR(R\$)
AMORTIZACAO ACUMULADA	REGISTRO DA AMORTIZACAO DE SOFTWARES COM VIDA UTIL DEFINIDA, REFERENTE AO PERIODO DE DEZEMBRO/2017	422,49

Fonte: SIAFI, 2018.

6.9 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2018, o Órgão apresentou um saldo em aberto de R\$ 8.155.596,69 relacionados com fornecedores e contas pagar. A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 8 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Circulante	8.155.596,69	4.006.967,26	103,54%
Nacionais	5.268.622,71	4.006.967,26	31,49%
Estrangeiros	2.886.973,98	0	0,00%



Notas Explicativas – Exercício de 2018

Total	8.155.596,69	8.013.934,52	1,77%
--------------	---------------------	---------------------	--------------

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

A totalidade de fornecedores e contas a pagar do final do exercício de 2018 é composta por compromissos de curto prazo, sendo a maior parte integrante de valores destinado a Credores Nacionais.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 10 fornecedores com valores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2018.

R\$

Tabela 9 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor

Fornecedor	31/12/2018	AV (%)
EQUILAB,INC	2.886.240,00	35,39%
COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	1.111.577,89	13,63%
PR3 COMERCIO E SERVICOS DIGITAIS LTDA	899.912,72	11,03%
CONSTRUTORA PORTO LTDA - EPP	835.177,65	10,24%
MULTEMPREX COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTACAO, EVENTOS	645.606,33	7,92%
CONSTRUTORA E INCORPORADORA EXATA LTDA	459.458,82	5,63%
FUNDACAO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA	409.087,22	5,02%
VC PROMOCOES E EVENTOS LTDA - EPP	240.876,50	2,95%
ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS,MANUTENCAO E INST	147.720,71	1,81%
FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.	82.697,51	1,01%
Demais	437.241,34	5,36%
Total	8.155.596,69	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018.

O valor pendente de pagamento da empresa EQUILAB, INC refere-se à liquidação de importação realizada em dezembro de 2018, porém esta Instituição (UFC) não recebeu recursos financeiros a tempo de realizar o pagamento até o encerramento do exercício de 2018.

Os valores pendentes de pagamentos aos fornecedores: Companhia Energética do Ceará, Construtora Porto Ltda. - EPP, Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, ENGEMIL, Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações, dizem respeito às liquidações realizadas durante o mês de dezembro de 2018 e que, até o encerramento do exercício, estavam aguardando descentralização de recursos financeiros para pagamento.

Os valores pendentes de pagamento à Construtora e Incorporadora Exata são referentes a liquidações realizadas em outubro/2018 e dezembro/2018, que estavam, ao final do ano de 2018, aguardando descentralização de recursos financeiros para que fosse efetuado o pagamento. No caso do valor liquidado em outubro/2018, está pendente por tratar-se de despesa custeada com recursos de emenda parlamentar, para estas dotações a remessa de recursos financeiros obedece a sistemática específica e costuma ocorrer em um prazo maior que o de outros tipos de dotações.

Do valor devido à VC Promoções e Eventos Ltda, R\$ 129.833,00 refere-se à despesa liquidada em setembro/2018, que por ter sido custeada com dotação de emenda parlamentar, ainda



Notas Explicativas – Exercício de 2018

se encontrava pendente ao final do exercício de 2018. O restante do valor devido ao fornecedor referente a notas fiscais liquidadas em dezembro/2018.

Encontram-se pendentes há longa data:

PR3 Comércio e Serviços Digitais Ltda - EPP; os valores em aberto são decorrentes do Pregão nº 119/2011, cujo objeto foi o Registro de Preços para aquisição e instalação do sistema de sonorização para Auditórios, Anfiteatros, Concha acústica e outros espaços da Universidade Federal do Ceará, nos Campi da Capital (Fortaleza) e Interior do Estado do Ceará, incluindo material e mão de obra. O valor pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso em decorrência de recomendação feita pela Controladoria Geral da União, em face de trabalho de auditoria e

MULTEMPREX Comercio e Serviços de Alimentação, Eventos: os valores em aberto são decorrentes da Dispensa de Licitação nº 83/2011, cujo objeto foi a contratação de empresa para o fornecimento de refeições. O valor pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso para que o crédito em favor da empresa seja utilizado para abater dívida da mesma, apurada em decorrência de processo de tomada de contas especial nº 017.774/2012-35 e recomendação feita pela Controladoria Geral da União (CGU), em face de trabalho de auditoria.

FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL: Os valores a pagar ao Fundo de Imprensa Nacional se referem a faturas do Contrato nº 43/2013, cujo objeto é a prestação de serviços de publicação no Diário Oficial da União, de atos oficiais e demais matérias de interesse da UFC. Essas faturas foram liquidadas em 2015 e encontram-se pendentes por ocasião da apuração de possíveis pagamentos feitos em duplicidade ao Fundo de Imprensa Nacional.

6.10 Obrigações Contratuais a Executar

Em 31/12/2018, a UFC possuía um saldo de R\$ 196.710.614,93 de obrigações contratuais relacionadas às parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s). A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 10 - Obrigações Contratuais - Composição

Tipos de Obrigações	R\$			
	31/12/2018	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	1.289.220,02	1.536.280,10	0,66%	-16,08%
Fornecimento de Bens	6.846.856,30	7.050.135,09	3,48%	-2,88%
Seguros	478.641,79	1.418.520,27	0,24%	-66,26%
Serviços	188.095.896,82	196.046.092,71	95,62%	-4,06%
Total	196.710.614,93	206.051.028,17	100%	-4,53%

Fonte: SIAFI, 2017/2018.



Notas Explicativas – Exercício de 2018

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam 95,62% do total das obrigações assumidas pela UFC ao final do mês de dezembro/2018 e sofreram uma pequena redução de 4,06% em relação ao final do exercício de 2017.

Para os contratos de seguros houve uma redução de 66,26% quando se compara o saldo de 31/12/2018 com o de saldo no final do ano de 2017. Essa variação ocorreu em função da regularização de valores referentes a contratos de serviços que haviam sido equivocadamente registrados na conta de contratos de seguros.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 08 (oito) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2018.

Tabela 11 - Obrigações Contratuais - por Contrato

		R\$	
Descrição do Contratado		31/12/2018	AV (%)
Contratado(a) A:	07783832000170 CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA	22.740.967,78	11,56%
Contratado(a) B:	07875818000105 CETREDE - CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	15.856.428,20	8,06%
Contratado(a) C:	03234418000151 CONSTRUTORA PORTO LTDA - EPP	11.288.319,55	5,74%
Contratado(a) D:	07047251000170 COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	10.834.055,80	5,51%
Contratado(a) E:	05461819000170 PROJECON - PROJETOS E CONSTRUCOES - EIRELI	10.320.829,69	5,25%
Contratado(a) F:	10485488000148 CONSTRUTORA PLATO LTDA	8.500.174,73	4,32%
Contratado(a) G:	34392951000175 CLM ENGENHARIA LTDA - EPP	7.687.034,25	3,91%
Contratado(a) H:	08918421000108 FUNDACAO DE APOIO A SERVICOS TECNICOS, ENSINO E FOMENTO	7.418.112,36	3,77%
Demais Contratos do Órgão		102.064.692,57	51,89%
TOTAL		196.710.614,93	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018.

Os contratos celebrados com os contratados A, B, C e D representam 30,87% do total de obrigações contratuais da UFC. A seguir são fornecidas mais informações acerca dos mesmos:

Contratada A: Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra - refere-se a 03 (três) contratos cujo objeto é a contratação de serviços de terceirização de mão de obra. Segue tabela com informações individualizadas por contrato:

Tabela 12 - Criart Serviços de Terceirização de mão de obra - por tipos de contratos

Contrato	Objeto	Data da vigência do contrato e data da assinatura do contrato/termo aditivo
05/2016	Apoio Administrativo	03/02/2018 a 02/02/2019 data da ass.: 02/01/2018
89/2014	Serviços Auxiliares - Agropecuária	01/11/2018 a 31/10/2019 data da ass.: 31/10/2018



Notas Explicativas – Exercício de 2018

02/2013	Apoio Administrativo	09/01/2018 a 08/01/2019 data da ass.: 19/12/2017
---------	----------------------	---

Fonte: SIASG, 2018.

Contratado B: CETREDE - CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – refere-se ao contrato nº 38/2018 cujo objeto é a contratação de serviços de assessoramento do processo de avaliação pedagógica das obras didáticas e literárias destinadas aos estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental (PNLD 2020) das escolas da educação básica pública, no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, no valor total de R\$ 4.341.669,00, vigência: 07/06/2018 a 07/03/2020. Conforme pode-se observar na tabela 11, o valor de contratos a executar apresenta-se superior ao valor do contrato nº 38/2018, devido a manutenção de saldos alongados, em função da falta de realização da baixa dos saldos remanescentes de contratos já encerrados.

Contratado C: CONSTRUTORA PORTO LTDA – EPP – Refere-se a 02 contratos cujo objeto são obras de construção. Segue tabela com informações individualizadas por contrato:

Tabela 13 - Construtora Porto Ltda - por tipos de contratos

Contrato	Objeto	Data da vigência do contrato e data da assinatura do
67/2016	Obra de Construção do Refeitório Padrão do Campus de Russas/UFC	14/12/2016 a 04/06/2019 data da ass.: 14/12/2016
73/2016	Obra de construção da Unidade Didática II no Campus de Russas/UFC	14/12/2016 a 29/11/2019 data da ass.: 14/12/2016

Contratado D: Companhia Energética do Ceará - refere-se a 03 contratos cujo objeto é a contratação de fornecimento de energia elétrica. Segue tabela com informações individualizadas por contrato:

Tabela 14 - Companhia Energética do Ceará - por tipos de contratos

Contrato	Objeto	Data da vigência do contrato e data da assinatura do
19/2017	Fornecimento de energia elétrica – média tensão	07/04/2018 a 06/04/2019 data da ass.: 04/04/2018
20/2017	Fornecimento de energia elétrica – grupo B	19/04/2018 a 18/04/2019 data da ass.: 04/04/2018
21/2017	Fornecimento de energia elétrica – baixa tensão	18/04/2018 a 17/04/2019 data da ass.: 04/04/2018

Fonte: SIASG, 2018.

6.11 Ajustes para Perdas Estimadas



Notas Explicativas – Exercício de 2018

Conforme macrofunção SIAFI 020342 o objetivo desse procedimento é instituir normas contábeis com vista à harmonização dos registros referentes ao Ajustes para Perdas Estimadas das contas de crédito, de investimentos e de estoques.

6.11.1 Ajuste para perdas - Valores a Receber

Conforme recomendação do Manual SIAFI – Macrofunção 020342, os ajustes para perdas estimadas em créditos a receber é calculado tendo como base o histórico de recebimentos passados. O cálculo foi individualizado por conta contábil. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se esse resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.

Em termos matemáticos: Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x Saldo atualizado da conta de valores a receber).

A seguir, são apresentadas tabelas com a memória de cálculo da perda estimada. Utilizou-se o histórico de recebimentos dos anos de 2015, 2016 e 2017. Para algumas contas, por não haver movimentação em todos os últimos três exercícios, utilizou-se o histórico do período em que a conta apresentou movimentação.

Os valores das perdas estimadas são recalculados mensalmente com base no histórico de perdas dos últimos três anos.

Tabela 15 - Valores médios a receber

Descrição da Conta	Valores médios a receber (R\$)		
	2017	2016	2015
= ALUGUEIS A RECEBER	104.567,65	136.654,47	168.741,29
= CRÉDITOS A REC DECORRENTES DE INFRAÇÕES	1.842.436,11	2.635.864,87	850.650,17
= CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	78.376,61	27.823,96	-
= OUTROS CRED A REC E VALORES A CURTO PRAZO	37.974,74	33.000,00	-
= ALUGUEIS A RECEBER - INTER ESTADO	284.907,29	284.907,29	284.907,29
= CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	1.468.954,31	254.856,18	-
= CRÉDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	1.076.674,88	242.669,25	-
= DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	5.050.050,52	5.056.883,00	3.387.648,74
TOTAL	9.943.942,12	8.672.659,02	4.691.947,49

Fonte: SIAFI, 2017, 2016 e 2015.

Tabela 16 - Média dos Recebimentos e Quociente dos Recebimentos

Descrição da Conta	Média dos Recebimentos (R\$)			Quociente de Recebimento		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
= ALUGUEIS A RECEBER		-	-	0%	0%	0%
= CRÉDITOS A REC DECORRENTES DE INFRAÇÕES		-	-	0%	0%	0%
= CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	75.049,25	22.850,27		96%	82%	0%
= OUTROS CRED A REC E VALORES A CURTO PRAZO		-	-	0%	0%	0%
= ALUGUEIS A RECEBER - INTER ESTADO		-	-	0%	0%	0%
= CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	1.409.794,43	234.875,61	-	96%	92%	0%
= CRÉDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	1.018.119,38	76.244,25	-	95%	31%	0%
= DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA		-	-		0%	0%



Notas Explicativas – Exercício de 2018

	2.502.963,07	335.986,14	-	-	-	-
--	--------------	------------	---	---	---	---

Fonte: SIAFI, 2017, 2016 e 2015.

Tabela 17 - Cálculo da Estimativa de Perda

R\$

Cálculo da Estimativa de Perda - dezembro/2018			
Descrição da Conta	Quociente médio de recebimento (2015, 2016, 2017) *	Saldo em dez/2018(R\$)	Perda Estimada(R\$)
= ALUGUEIS A RECEBER	0,00%	104.567,65	104.567,65
= CREDITOS A RECEBER POR PGTO EM DUPLICIDADE	0,00%	12.379,24	12.379,24
= CREDITOS A REC DECORRENTES DE INFRACOES	0,00%	255.578,60	255.578,60
= OUTROS CRED A REC E VALORES A CURTO PRAZO	0,00%	33.000,00	33.000,00
= ALUGUEIS A RECEBER - INTER ESTADO	0,00%	284.907,29	284.907,29
= CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	94,07%	841.173,97	49.912,25
= CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	62,99%	1.144.567,20	423.601,74
= DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	0,00%	5.039.389,49	5.039.389,49
TOTAL		7.715.563,44	6.203.336,26

Fonte: SIAFI, 2018.

6.11.2 Ajustes para Perdas – Estoques

Para subsidiar o cálculo do valor de perdas com estoques na UFC foi utilizado relatório do Sistema de Gestão de Almoxarifado (SIPAC) com o histórico de baixas por perdas de estoque. Nos últimos três anos, o total de perdas de estoques foi de R\$ 2.238,91. Assim, a média de perdas com estoque anual é de R\$ 746,30 que representa 0,0039% do saldo da conta de Estoques de Material de Consumo do mês de dezembro de 2018. Logo, pela irrelevância do valor histórico de perdas, optou-se por não registrar provisão de perdas para estoques.

6.12 Ajuste de Exercícios Anteriores

Na tabela a seguir, é apresentado um resumo da movimentação da conta de ajuste de exercícios anteriores durante o exercício de 2018.

Tabela 18 – Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

R\$

Ajustes de Exercícios Anteriores – Quadro Resumo	
Descrição do Lançamento	Valor
Saldo Inicial	(15.592.365,33)



Notas Explicativas – Exercício de 2018

Lançamento credor feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente a reclassificação dos saldos da conta ajuste de exercícios anteriores da administração direta, autarquias, fundações e fundos para a conta superávits ou déficits de exercícios anteriores (mês de abertura)	15.592.365,33
Reconhecimento de passivos com fato gerador ocorridos em exercícios anteriores	(1.137.675,68)
Desreconhecimento de valor a receber por ocasião de cessão de pessoal ativo indevidamente registrado no exercício anterior	(15.083,18)
Ajustes de exercícios anteriores que tiveram como contrapartida contas do Ativo Imobilizado (ver nota explicativa específica)	(22.097.779,15)
Ajustes de exercícios anteriores que tiveram como contrapartida contas do Ativo Intangível (ver nota explicativa específica)	(422,49)
Reconhecimento de valores a receber por cessão de pessoal ativo referente ao exercício anterior	9.078,59
Reconhecimento de valores a receber devolução de despesas de bolsa estudantil recebida indevidamente em exercício anterior	426,42
Reconhecimento de valores a receber referente a locação de espaço físico para realização de concurso cujo fato gerador ocorreu em exercício anterior	11.508,00
Transferência para conta de ajuste de exercícios anteriores de valores de ganhos com reavaliação de bens móveis registrados indevidamente no patrimônio líquido no período de 1997 a 2000	10.807.872,96
Baixa de valores a receber por cessão de pessoal referente a exercícios anteriores	(451.755,52)
Ajuste referente ao consumo de materiais em exercícios anteriores	6.760,00
Saldo ao final do exercício de 2018	(12.867.070,05)

Fonte: SIAFI, 2018.

7. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

7.1 Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário do exercício de 2018 apresentou déficit de aproximadamente R\$ 1,372 bilhão. Isso decorre da metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário do período, que subtrai as despesas empenhadas pelo órgão das receitas arrecadadas no período. A receita arrecadada no período totalizou aproximadamente 6,6 milhões. As despesas do órgão são custeadas em sua quase totalidade com recursos do Tesouro Nacional. O ingresso desses recursos é mais bem evidenciado no item Transferências Financeiras Recebidas da Demonstração de Fluxo de Caixa e no item Outros Ingressos das Operações do Balanço Financeiro.

A tabela abaixo apresenta os valores das receitas e despesas previstas e executadas por categoria econômica.

Tabela 19 – Previsão e Execução de Receitas e Despesas

Balanço Orçamentário	Previsão/Fixação(R\$)	Realização/Execução (R\$)	Real/Exec	AV
Receitas Correntes	6.937.353,00	6.618.611,21	95,41%	100,00%
Receitas de Capital	40.344,00	-	0,00%	0,00%
Total das Receitas	6.977.697,00	6.618.611,21	94,85%	100,00%
Despesas Correntes	1.374.942.459,00	1.353.178.982,74	98,42%	98,10%
Despesas de Capital	12.145.446,00	26.271.280,68	216,31%	1,90%
Total das Despesas	1.387.087.905,00	1.379.450.263,42	99,45%	100,00%
Superávit/(Déficit)		-1.372.831.652,21		

Fonte: SIAFI, 2018.



Notas Explicativas – Exercício de 2018

7.2 Execução das Receitas

7.2.1 Receitas Correntes

O total de receitas próprias arrecadadas no exercício de 2018 foi de R\$ 6.618.611,21. As receitas correntes representam a totalidade das receitas arrecadadas no período.

Considerando a classificação das receitas por espécie de receita, as Receitas de Serviços Administrativos e Comerciais Gerais, que correspondem a 77,45 % do total arrecadado. Essas receitas foram as que apresentaram uma maior arrecadação no exercício de 2018.

Dentre as receitas correntes, o valor mais relevante é referente às receitas de serviços de hospedagem e alimentação. Conforme se pode observar na tabela a seguir, as receitas deste tipo correspondem à aproximadamente 34% das receitas arrecadadas no exercício de 2018.

Segue tabela com o detalhamento das receitas correntes arrecadadas no exercício de 2018 por tipo de recolhimento:

Tabela 20 - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição

Item		Valor arrecadado em 2018(R\$)	AV (%)
1	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	2.256.530,00	34,09%
2	INTRA-SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.486.131,72	22,45%
3	ALUGUEIS	1.347.031,52	20,35%
4	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	1.066.559,65	16,11%
5	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO	311.183,00	4,70%
6	OUTRAS RESTITUICOES	38.796,26	0,59%
7	REC.PROPRIA RECUP.DESP. EXERC. ANTERIOR	30.959,50	0,47%
8	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	25.204,36	0,38%
9	OUTROS RESSARCIMENTOS	18.596,00	0,28%
10	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	14.757,18	0,22%
11	MULTAS POR AUTO DE INFRACAO	9.867,20	0,15%
12	STN RESTIT.RECUR.CONVENIO EXERC.ANT-F.112	4.644,00	0,07%
13	SERVICOS EDUCACIONAIS	4.500,00	0,07%
14	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	1.987,89	0,03%
15	REC. COPIAS REPROGRAFICAS	683,10	0,01%
16	OUTROS SERVICOS	573,00	0,01%
17	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	312,83	0,00%
18	SERV.COMERC.LIVROS,PERIOD,MAT ESC E DE PUBLIC	239,00	0,00%
19	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS	55,00	0,00%
	Total	6.618.611,21	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018.

Quando se compara a receita prevista com a arrecada, o tipo de receita que apresentou melhor desempenho de arrecadação em termos percentuais no exercício de 2018 foi receitas com Indenizações, Restituições e Ressarcimentos. Durante o ano de 2018, arrecadou-se 850,13% do valor previsto para o ano de 2018. Embora tenham apresentado um desempenho de arrecadação



Notas Explicativas – Exercício de 2018

melhor, as receitas desse tipo são pouco representativas em relação ao total de receitas desta universidade, representando apenas 1,41% do total arrecadado no exercício de 2018.

7.2.2 Receitas de Capital

Durante o exercício de 2018, não houve arrecadação de receitas dessa natureza. As receitas de capital previstas são decorrentes da realização de leilões de bens inservíveis. Embora houvesse expectativa de realização de leilão durante o exercício de 2018, o mesmo ocorrerá no início de 2019, logo a previsão de arrecadação de receitas desta natureza em 2018 não se concretizou.

7.3 Execução das Despesas

7.3.1 Despesas Correntes

O total das despesas empenhadas no exercício de 2018 foi de R\$ 1.379.450.263,42. As despesas correntes foram empenhadas no montante de R\$ 1.353.178.982,74 e representam 98,10% do total das despesas. A tabela a seguir relaciona em ordem decrescente o valor das despesas correntes empenhadas durante exercício de 2018 por grupo de natureza de natureza de despesa:

Tabela 21 - Despesas Correntes – Composição

Seq.	Grupo de Despesas	Natureza de Despesa	Valor Empenhado em 2018(R\$)	AV
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	557.249.529,59	41,18%
2	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	353.732.456,92	26,14%
3	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	108.213.156,43	8,00%
4	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	103.723.966,16	7,67%
5	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	62.931.875,61	4,65%
6	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	55.077.928,23	4,07%
7	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	25.424.101,12	1,88%
8	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXILIO-ALIMENTACAO	23.407.391,25	1,73%
9	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	SENTENCAS JUDICIAIS	16.196.933,05	1,20%
10	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	10.686.582,58	0,79%
	OUTRAS DESPESAS		36.535.061,80	2,70%
Total			1.353.178.982,74	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018.



Notas Explicativas – Exercício de 2018

Os três principais tipos de despesas correntes são referentes a despesas com pessoal e encargos sociais e juntas correspondem a aproximadamente 75% do total das despesas correntes empenhadas no exercício de 2018.

Uma particularidade do Balanço Orçamentário é que ele traz na coluna de despesas empenhadas todo o valor executado no órgão, seja relativo a dotação da sua própria Lei Orçamentária ou proveniente da Lei Orçamentária de outros órgãos, que são dotações recebidas em função da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) e instrumentos afins.

A tabela a seguir demonstra os valores das despesas correntes empenhadas durante exercício de 2018 por origem do orçamento:

Tabela 22 - Despesas Correntes - valores empenhados - por origem do orçamento

Origem do Orçamento	Valor Empenhado em 2018(R\$)	AV
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	1.332.570.103,51	98,48%
MINISTERIO DA EDUCACAO	4.789.455,08	0,35%
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	4.687.774,90	0,35%
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	3.042.363,48	0,22%
SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA/PR	2.595.755,55	0,19%
SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS P/MULHERES	2.025.300,00	0,15%
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	1.342.400,00	0,10%
MINISTERIO DA SAUDE	1.025.340,59	0,08%
AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	352.576,43	0,03%
MINISTERIO DA CIDADANIA	327.035,42	0,02%
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	313.329,01	0,02%
MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	79.986,00	0,01%
AGENCIA NACIONAL DE MINERACAO	22.864,86	0,00%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	2.562,96	0,00%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	2.134,95	0,00%
TOTAL	1.353.178.982,74	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018.

Por outro lado, existem valores que compõem a coluna da dotação atualizada, ou seja, são pertencentes ao orçamento da UFC, mas quando empenhados não são somados às despesas empenhadas por serem executadas por outros órgãos. A tabela a seguir demonstra esses valores, segregando-os por órgãos executores.

Tabela 23 - Valores empenhados - por outros os órgãos

Órgão Executor	Grupo de Despesas	Valor Empenhado em 2018(R\$)
JUSTICA FEDERAL	Pessoal e Encargos Sociais	13.824.928,73
	Outras Despesas Correntes	6.907.265,58
JUSTICA DO TRABALHO	Pessoal e Encargos Sociais	995.555,00
INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV.	Outras Despesas Correntes	130.000,00



Notas Explicativas – Exercício de 2018

INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DO CEARA	Outras Despesas Correntes	2.380,08
Total		21.860.129,39

Fonte: SIAFI, 2018.

Os valores de R\$ 20.732.194,31 e R\$ 955.555,00, que foram executados pela Justiça Federal e Justiça do Trabalho, respectivamente, foram previstos no orçamento da UFC para pagamento de sentenças judiciais. Essas dotações são descentralizadas para órgãos da justiça, onde são executadas.

O valor de R\$ 130.000,00 executado pelo IBAMA se refere a dotação orçamentária descentralizada pela UFC, em função de Termo de Execução Descentralizada, celebrado com o mencionado órgão, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços relacionados à docagem estrutural da embarcação Argo Equatorial, de propriedade da UFC.

O valor de R\$ 2.380,08, executado de forma descentralizada pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), se refere ao pagamento de Gratificação de Encargos de Cursos e Concurso (GECC) de servidores do IFCE que prestaram serviços à UFC.

7.3.2 Despesas de Capital

O Percentual executado das despesas de capital no exercício de 2018 foi de 216,31% e refere-se a: valores empenhados para aquisição de obras, no valor de R\$ 12.339.342,32; equipamentos e material permanente, no valor de R\$ 13.888.918,10; serviços de tecnologia da informação e comunicação, no valor de R\$ 43.020,26. Com relação a origem dos recursos, as dotações empenhadas referentes a despesas de capital são provenientes do próprio orçamento da UFC, no valor de R\$ 9.356.605,20, do Ministério da Educação, no valor de R\$ 10.335.117,94, do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 5.579.070,40, do Ministério dos Esportes, no valor de R\$ 990.065,14, da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, no valor de R\$ 7.426,00 e do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.996,00.

A tabela a seguir demonstra os valores empenhados por origem e natureza da despesa.

Tabela 24 - Valores empenhados - Despesas de Capital

Órgão de Origem do Orçamento	Natureza da Despesa	Valor Empenhado em 2018 (R\$)
MINISTERIO DA EDUCACAO	OBRAS E INSTALACOES	8.851.845,82
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.816.153,58
MINISTERIO DA SAUDE	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.579.070,40
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	OBRAS E INSTALACOES	2.497.431,36
MINISTERIO DA EDUCACAO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.483.272,12
MINISTERIO DO ESPORTE	OBRAS E INSTALACOES	990.065,14
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	43.020,26
SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS P/MULHERES	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.426,00
MINISTERIO DA CIDADANIA	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.996,00



Notas Explicativas – Exercício de 2018

Total	26.271.280,68
--------------	----------------------

Fonte: SIAFI, 2018.

Os valores empenhados com recursos orçamentários do Ministério da Educação são referentes a despesas custeadas com recursos descentralizados pelo referido ministério através de Termos de Execução Descentralizada (TEDs).

7.4 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

A Universidade Federal do Ceará (UFC), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), possui em sua execução orçamentária de Restos a Pagar, dotações orçamentárias próprias, oriundas do ministério supracitado e dotações de outros ministérios. Essas últimas dotações são provenientes de Termo de Execução Descentralizada (TED) e instrumentos afins. A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos Restos a Pagar inscritos, que é o estoque de Restos a Pagar no início do exercício de 2018, inscritos em 2017 e em exercícios anteriores, pelo órgão de origem do orçamento.

Tabela 25 – Estoque de Restos a Pagar não Processados (RPNP): origem do orçamento executado

Unidade Orçamentária	Estoque de RPNP em 01/01/2018	AV
FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLÓGICO	102.680,98	0,14%
MINISTERIO DA EDUCACAO	5.358.474,54	7,10%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	59.128.373,12	78,35%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	1.323,70	0,00%
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	4.510.902,03	5,98%
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	294.356,80	0,39%
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	165.387,00	0,22%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	33.141,73	0,04%
FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP	204,90	0,00%
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	9.455,23	0,01%
AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	52.489,00	0,07%
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	5.135.096,44	6,80%
MINISTERIO DA CULTURA	1.300,00	0,00%
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS ± ANA	597.468,21	0,79%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	42.021,22	0,06%
SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES-SPM	30.450,00	0,04%
TOTAL	75.463.124,90	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

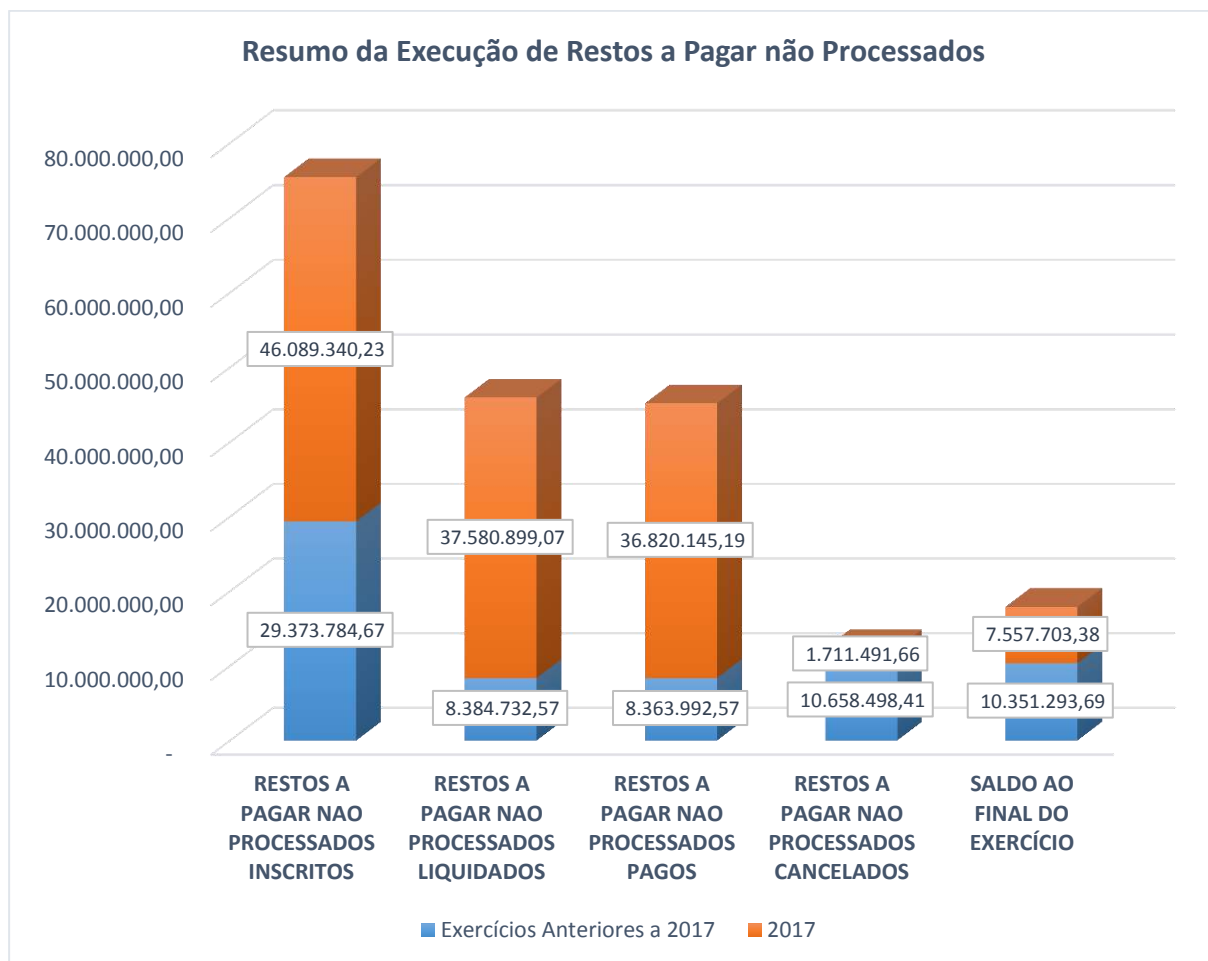
Quanto ao total de Restos a Pagar inscritos na UFC, apresentado na tabela anterior, 78,35% é oriundo de dotações pertencentes à Universidade Federal do Ceará (UFC). Também merece destaque o fato de que 6,80% do total inscrito em Resto a Pagar são oriundos do Fundo Nacional de Saúde (FNE).

O gráfico a seguir traz um resumo da execução de Restos a Pagar não Processados (RPNP) durante o exercício de 2018, segregando-se os valores empenhados no exercício de 2017 e em exercícios anteriores a 2017.



Notas Explicativas – Exercício de 2018

Gráfico 1 - Execução de RPNP por ano de emissão da Nota de Empenho



Fonte: Elaborado com base em informações obtidas através Tesouro Gerencial, 2018.

Conforme demonstrado no gráfico 1, embora o estoque de Restos a Pagar no início do exercício de 2018 fosse composto por um valor maior de empenhos inscritos em 2017, aproximadamente 61%, ao final do exercício de 2018, mantiveram-se inscritos em Restos a Pagar um valor maior de empenhos de exercícios anteriores a 2017, aproximadamente 58%.

Dos valores de Restos a Pagar não Processados pagos em 2018, aproximadamente 81% são referentes a empenhos emitidos no exercício de 2017. Já em relação ao cancelamento de empenhos inscritos em Restos a Pagar não Processados, houve um cancelamento bem maior (86%) de empenhos emitidos em exercícios anteriores a 2017.



Notas Explicativas – Exercício de 2018

Tabela 26 - Restos a Pagar não Processados - por origem do orçamento executado

						R\$
Unidade Orçamentária	Inscritos ²	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
UFC	59.128.373,12	34.904.506,58	34.589.220,12	10.529.253,89	14.009.899,11	78,23%
DEMAIS	16.334.751,78	11.061.125,06	10.594.917,64	1.840.736,18	3.899.097,96	21,77%
TOTAL	75.463.124,90	45.965.631,64	45.184.137,76	12.369.990,07	17.908.997,07	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

Conforme tabela acima, do saldo de Restos a Pagar ao final do exercício de 2018, 78,23% é referente ao montante de RPNP que corresponde a empenhos emitidos com dotações orçamentárias da UFC.

A tabela abaixo mostra a composição dos Restos a Pagar na UFC por Grupo de Despesa. Constata-se que o grupo de despesa com maior saldo de Restos a Pagar ao final do exercício de 2018 é o grupo Investimentos (52,92%).

Tabela 27 - Restos a Pagar - por Unidade Grupo de Despesa

						R\$
Grupo de Despesa	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.707.101,50	27.356.642,95	26.877.911,23	8.397.875,42	8.431.314,85	47,08%
INVESTIMENTOS	31.741.283,66	18.608.988,69	18.306.226,53	3.957.374,91	9.477.682,22	52,92%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.739,74	0,00	0,00	14.739,74	0,00	0,00%
TOTAL	75.463.124,90	45.965.631,64	45.184.137,76	12.369.990,07	17.908.997,07	100%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

O relevante estoque de empenhos inscritos em Restos a Pagar não Processados na UFC se justifica pela existência, até o advento do decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018, de excepcionais legais quanto à validade dessas despesas. Antes do citado decreto, permaneciam válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os Restos a Pagar não processados que se refiram às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde (MS), e do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Como o decreto nº 93.872/86 foi alterado, através do decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018, no que tange à lista de despesas excepcionadas pela regra de bloqueio de Restos a Pagar, não serão mais objeto de bloqueio apenas os Restos a Pagar não Processados relativos a despesas: do Ministério da Saúde ou decorrentes de emendas individuais impositivas (acrescentado pelo decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018) discriminadas com

² A coluna "Inscritos" representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (valores inscritos no exercício de 2017, juntamente com os reinscritos de exercícios anteriores a 2017 e os valores em liquidação)



Notas Explicativas – Exercício de 2018

identificador de resultado primário 6, cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2016.

Como consequência da alteração do decreto nº 9.3872/86, os empenhos inscritos em Restos a Pagar não Processados, emitidos até 2016, que não se enquadrem nas exceções elencadas no parágrafo anterior, ficarão vigentes apenas até o final do ano de 2019, quando terão o seu saldo remanescente cancelado.

Desse modo, conforme explicitado na tabela a seguir, a maior parcela do saldo de Restos a Pagar não processados constantes nesta autarquia é representada por despesas que eram, até a alteração da legislação citada, excepcionadas pelo dispositivo legal supracitado.

Tabela 28 - Exceções à inscrição de Restos a Pagar não Processados³

	R\$					
	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
RPNP total na UFC	75.463.124,90	45.965.631,64	45.184.137,76	12.369.990,07	17.908.997,07	100,00%
Exceções do Art. 68, § 3º, II, Dec. 93.872/86 (antes do advento do decreto nº 9428/2018)	74.102.927,53	45.429.374,55	44.701.493,67	11.934.921,55	17.466.512,31	97,53%
UFC financiadas com recursos da Manut. e Desenv. do Ensino	68.935.042,09	42.151.279,65	41.423.398,77	10.968.951,24	16.542.692,08	92,37%
Ministério da Saúde	5.167.885,44	3.278.094,90	3.278.094,90	965.970,31	923.820,23	5,16%
PAC						
RPNP Total na UFC(-) Exceções do Decreto	1.360.197,37	536.257,09	482.644,09	435.068,52	442.484,76	2,47%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tesouro Gerencial, 2018

Percebe-se, portanto, que 97,53% do saldo de Restos a Pagar inscritos na Universidade Federal do Ceará, se referem aos valores, até o advento do decreto nº 9428/2018, excetuados pelo artigo 68, II, do decreto nº 93.872/86.

Apesar da manutenção de Restos a Pagar estar amparada pela legislação citada, anualmente é realizado um trabalho para revisão de valores inscritos em Restos a Pagar. Essa medida tem como objetivo atender às determinações do MEC no sentido de verificar a necessidade de manutenção de empenhos inscritos em Restos a Pagar. Como resultado desse trabalho, durante o exercício de 2018 foi cancelado um montante de R\$ 12.369.990,07.

8. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

³ Os valores referentes às despesas do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino são representados pelas despesas com indicador de “Lei Calmon = “SIM”. As despesas do Ministério da Saúde representam os recursos constantes no MEC provenientes do órgão superior 36000 – Ministério da Saúde e que possuem Iduso 6. Já os valores relativos ao PAC são os indicados com Resultado “EOF 3” que não possuem indicado “Lei Calmon = “SIM”.



Notas Explicativas – Exercício de 2018

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O resultado patrimonial, apurado no exercício de 2018 na Demonstração das Variações Patrimoniais, apresentou-se deficitário em R\$ 4.417.898,15. No exercício de 2017, o resultado patrimonial foi superavitário em R\$ 19.977.022,09. Assim, comparado os resultados desses dois períodos pode-se perceber que houve uma redução do resultado patrimonial de 122,11% em relação ao mesmo período de 2017.

A Seguir serão detalhados os itens mais relevantes da DVP:

8.1 Transferências e Delegações recebidas

As Transferências Intragovernamentais Recebidas são as Variações Patrimoniais Aumentativas mais representativas, sendo responsáveis por 93,73% do total acumulado de VPAs durante o exercício de 2018. Essas Variações são decorrentes, basicamente, do valor das remessas de recursos financeiros oriundos do Ministério da Educação (MEC) para pagamento de Despesas do Exercício vigente e de Exercícios Anteriores. Também compõe a movimentação no período, o recebimento de recursos de outros órgãos para pagamento de compromissos relacionados a Termos de Execução Descentralizada (TEDs). O reconhecimento dessas VPAs provocou reflexo no balanço patrimonial, sobretudo na conta limite de saque que faz parte do grupo do Ativo Circulante.

8.2 Valorização e ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

As Variações Patrimoniais Aumentativas desse grupo apresentaram, no exercício de 2018, valores 177,95% superiores ao ano de 2017. Esse aumento se deu, principalmente, em função da incorporação de bens imóveis por ocasião da conclusão de obras. Durante o exercício de 2018, foram feitos registros de bens imóveis em valores superiores aos registrados no mesmo período de 2017. A contrapartida do reconhecimento dessas Variações Patrimoniais Aumentativas é o aumento dos valores dos bens imóveis no grupo do Ativo Imobilizado.

8.3 Pessoal e Encargos

Esse grupo de VPDs representa 42,75% do total de Variações Diminutivas registradas no exercício de 2018. Dentro do grupo de Pessoal e Encargos, o item mais relevante é o de Remuneração a Pessoal, onde são registrados os valores de despesas com a Folha de Pagamento de Pessoal Ativo. Os valores do Grupo Pessoal e Encargos apresentaram um acréscimo de 4,36% quando se compara o saldo acumulado durante o exercício de 2018 com o mesmo período de 2017.



Notas Explicativas – Exercício de 2018

8.4 Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As Variações Patrimoniais desse grupo representam 27,64% do total de Variações Diminutivas registradas durante o exercício de 2018. Nesse grupo, os valores mais relevantes são referentes a Aposentadorias e Reformas, onde são registradas as despesas com a Folha de Pagamento de Pessoal Inativo. Os valores desse grupo apresentaram um pequeno acréscimo de 7,65% quando se compara o saldo acumulado durante todo o exercício de 2018 com o mesmo período de 2017.

8.5 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Depreciação, Amortização e Exaustão

As VPDs decorrentes do registro de depreciação e amortização apresentaram valores 44,59% maiores, quando se compara o saldo acumulado de todo o exercício de 2018 com o mesmo período de 2017. Esse acréscimo é decorrente da concentração, em dezembro de 2018, dos registros das depreciações do exercício de 2018, que não foram lançadas em épocas oportunas devido a pendências nos relatórios do Sistema de Gestão Patrimonial, os quais dão suporte ao registro da depreciação. Essa ocorrência é melhor detalhada na Nota Explicativa do Ativo Imobilizado. A falta de registro de depreciação, do período de agosto a dezembro de 2017, acarretou registro na conta contábil de Ajuste de Exercícios Anteriores, o que faz com que esse montante não seja evidenciado no total da VPD de depreciação do exercício de 2017, contribuindo para o elástico da diferença percentual de VPDs de depreciação dos dois períodos em análise. Esses valores de VPDs se somam ao montante existente na conta retificadora do Balanço Patrimonial de depreciação acumulada, no intuito de refletir a redução do Ativo Imobilizado, em decorrência do uso/desgaste/obsolescência.

8.6 Transferências e Delegações Concedidas

As Transferências Intragovernamentais Concedidas, realizadas até o quarto trimestre de 2018, são responsáveis por 13,46% das VPDs. Essas Variações são decorrentes, basicamente, do valor das remessas de recursos financeiros ao Hospital Universitário e à Maternidade Escola, oriundos do Ministério da Educação (MEC), para pagamento de Despesas de Folha de Pagamento de Pessoal. O reconhecimento dessas VPDs provocou reflexo no balanço patrimonial, sobretudo na conta limite de saque que faz parte do grupo do Ativo Circulante.

8.7 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

As Variações Patrimoniais desse grupo sofreram um acréscimo de 74,67% quando se compara o saldo acumulado durante o exercício de 2018 com o mesmo período de 2017. Em relação às contas contábeis que compõem este grupo, houve uma variação significativa quando se analisa as contas isoladamente. No exercício de 2018, os valores das perdas com reavaliação e redução ao valor recuperável foram 75,36% menores que o valor apresentado no exercício de 2017. Já as perdas



Notas Explicativas – Exercício de 2018

com desincorporação de ativos foram 258,14% maiores no exercício de 2018, quando comparado com o exercício de 2017.

9. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes do Balanço Financeiro (BF) do exercício de 2018.

9.1 INGRESSOS: Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias arrecadadas durante todo o ano de 2018 totalizaram R\$ 6.618.611,21, que correspondem à 0,37% do total dos ingressos no Órgão nesse período. A pequena participação das Receitas Orçamentárias (Receitas Próprias) evidencia que esta Instituição é mantida basicamente por transferências financeiras recebidas através de repasses do Órgão superior (26000 - MEC). Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os ingressos deste grupo correspondem aos Ingressos de Receitas Derivadas e Originárias, do Fluxo de Caixa das Operações somados aos Ingressos de Alienação de Bens no Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.

9.2 INGRESSOS: Transferências Financeiras Recebidas

O montante das transferências recebidas pelo Órgão durante todo o exercício de 2018 foi de R\$ 1.596.517.298,34, que representa o Repasse Recebido do Órgão Superior, cujo valor de R\$ 1.548.996.513,02 foi utilizado para custear as despesas da Universidade. Também se inclui nesse montante as Transferências Recebidas para pagamento de Restos a Pagar, no valor de R\$ 44.259.126,99 e Movimentações de Saldos Patrimoniais no valor de R\$ 3.261.658,33, que são, em geral, decorrentes do registro de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) em função do pagamento de retenções de tributos com cotas estipuladas pela STN, para pagamento de tributos no âmbito do MEC e seus órgãos subordinados.

9.3 INGRESSOS: Recebimentos Extraorçamentários

Os Ingressos Extraorçamentários, no total de R\$ 145.599.197,20, correspondem à 8,23% do Total dos Ingressos do Órgão, sendo o maior montante (R\$ 91.011.673,06) referente aos valores liquidados ao final do quarto trimestre de 2018, que foram inscritos em Restos a Pagar Processados. Em particular, esse grande volume de valores liquidados a pagar foi referente, essencialmente, a mudança da sistemática de pagamento das ordens bancárias da folha de pessoal. O Art. 103, da Lei 4.320/64, dispõe que "Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária", pois "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhada" nos termos do art. 35, II, Lei nº 4.320/64.

9.4 DISPÊNDIOS: Despesas Orçamentárias



Notas Explicativas – Exercício de 2018

As Despesas Orçamentárias no valor de R\$ 1.379.450.263,42 correspondem à 78,02% do total dos dispêndios do órgão, sendo 62,12% referente a Despesas Ordinárias e 15,90% referente a Despesas Vinculadas. Nesse grupo, o item que apresentou maior variação no exercício de 2018, quando comparado com o exercício de 2017, foi o item Despesas Ordinárias, que foram 539,14% superiores ao exercício de 2017. Isso se explica pela maior utilização, no exercício de 2018, de dotação orçamentária proveniente da fonte de recursos ordinários. Também contribuiu para esse acréscimo, o fato de que ao final do exercício de 2018, o total das despesas empenhadas apresentou-se 2,84% superior ao exercício de 2017.

9.5 DISPÊNDIOS: Transferências Financeiras Concedidas

O montante das transferências concedidas pelo órgão no exercício de 2018 foi de R\$ 229.872.086,84, que corresponde à 13% do total dos dispêndios. Os valores registrados mais relevantes nesse grupo referem-se à sub-repasses concedido pela UFC ao Hospital Universitário e à Maternidade Escola no montante de R\$ 227.530.141,35. Também compõe o saldo deste grupo o valor do repasse financeiro concedido ao Inst. Federal de Educ. Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), no valor de R\$ 2.380,00 para pagamento de Gratificação de Encargos de Curso e Concurso (GECC), a servidores do IFCE que prestaram serviços à UFC; a devolução de recursos financeiros à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO-MEC) no valor de R\$ 50.089,75; as transferências concedidas para pagamento de Restos a Pagar no total de R\$ 283.677,26 e movimento de saldos patrimoniais no valor de R\$ 1.190.452,75. Esse último item refere-se, principalmente, à movimentação de Devolução de Créditos de Folha de Pagamento e Devolução de Auxílio Financeiro a Estudante. O item Demais Transferências Concedidas, no valor de R\$ 815.345,65, é referente à devolução de recursos financeiros não utilizados oriundos da celebração de Termos de Execução Descentralizada com outros órgãos do governo federal.

9.6 DISPÊNDIOS: Despesas Extraorçamentárias

As despesas Extraorçamentárias R\$ 49.340.277,28 correspondem à 2,79% do total dos dispêndios do Órgão, sendo a maior parte referente ao pagamento de Restos a Pagar não Processados, que totalizou, no exercício de 2018, o montante de R\$ 45.184.137,76. Comparando-se os dispêndios ocorridos em 2018 com os de 2017, não se observa uma variação significativa, já que os dispêndios até dezembro de 2018 apresentaram valores ligeiramente inferiores ao mesmo período de 2017 (12,75%). A execução de Restos a Pagar é explicada com mais detalhes na Nota Explicativa do Balanço Orçamentário.

10. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) do exercício de 2018.



10.1 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Transferências Financeiras Recebidas

As Transferências Financeiras representam quase a totalidade dos Ingressos no exercício de 2018. Dessas transferências, o montante R\$ 1.548.996.513,02 refere-se aos Repasses Recebidos, que são recursos recebidos decorrentes de transferências financeiras de outros órgãos do governo federal, especialmente do MEC, correspondentes ao orçamento atual. Compõe ainda esse grupo de ingresso, o valor de R\$ 44.259.126,99 recebido para pagamento de Restos a Pagar.

10.2 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Ingressos - Receitas Derivadas e Originárias

Os ingressos desse grupo sofreram uma redução de 18,11%, quando se compara o saldo acumulado do exercício de 2018 com o mesmo período do ano passado. Os ingressos nesse grupo são referentes à arrecadação de receitas próprias e representam apenas 0,41% do total de ingressos no período. A Nota Explicativa do Balanço Orçamentário traz mais detalhes acerca do desempenho da arrecadação de receitas.

10.3 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - Desembolso: Educação

Os dispêndios mais relevantes são relacionados à função de governo Educação, que corresponde à 47,76% do total dos dispêndios realizados ao longo de todo o exercício de 2018. Isso se explica por tratar-se de uma instituição de ensino. Nessa função de governo, os dispêndios do grupo Pessoal e Encargos Sociais totalizam R\$ 530.064.041,55 e são desembolsos relacionados à execução do orçamento de 2018. Já as despesas do grupo Outras Despesas Correntes totalizam R\$ 182.802.085,36, sendo R\$ 156.830.314,16 referente à execução do orçamento de 2018 e R\$ 25.971.771,20 referente ao pagamento de Restos a Pagar. Cabe ressaltar que os dispêndios cuja classificação orçamentária da despesa traz a modalidade de aplicação APLICAÇÕES DIRETAS - OPERAÇÕES INTERNAS, que são pagamentos intraorçamentários, são contabilizados como Transferências Intragovernamentais Concedidas, por tratar-se de operações entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

10.4 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - Desembolso: Previdência Social

Outra função de governo com dispêndios relevantes é a função Previdência Social. Essa função de governo apresentou dispêndios acumulados no exercício de 2018 no valor de R\$



Notas Explicativas – Exercício de 2018

434.706.020,79, que representa 29,13% do total dos dispêndios. Os dispêndios dessa natureza são relacionados aos pagamentos de pessoal inativo (aposentadorias, pensões e sentenças judiciais).

10.5 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Desembolsos - Saúde

Durante os quatro trimestres do exercício de 2018, foram feitos desembolsos dessa função no valor de R\$ 3.079.493,22 que são referentes a dispêndios pagos com recursos orçamentárias oriundos do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.757.623,50 e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no valor de R\$ 321.869,72. Os acordos que amparam estas execuções orçamentárias descentralizadas são do tipo Termos de Execução Descentralizada (TED).

10.6 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Desembolsos – Gestão Ambiental

Durante os quatro trimestres de 2018, foram feitos desembolsos dessa função no valor de R\$ 381.172,81 referentes a valores pagos pela UFC de despesas custeadas com recursos da Agência Nacional de Águas (ANA), relacionadas ao Projeto "Apoio e Fortalecimento Operacional e Estudos de Suporte ao Monitor de Secas do Nordeste (Monitor)", em decorrência de Termo de Execução Descentralizada, firmado entre a UFC e a Agência Nacional de Águas.

10.7 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Desembolsos – Transferências Concedidas – Intragovernamentais

São registrados nesse grupo os desembolsos feitos para outros órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Dentro desse grupo, o item mais relevante, no valor total de R\$ 108.210.373,55, é o pagamento da obrigação patronal do regime próprio de previdência dos servidores públicos federais (PSS – Patronal).

10.8 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante

Esse grupo representa 99,63% do total dos dispêndios relacionados as atividades de investimento feitos durante o exercício de 2018. Nesse grupo, os itens mais relevantes são os pagamentos referentes a obras e instalações e aquisição de material permanente que correspondem à 82,61% e à 17,03%, respectivamente, do total de desembolsos relacionados a atividades de investimento. Durante o exercício de 2018, foram desembolsados R\$ 5.172.142,38 referente ao orçamento de 2018 e R\$ 18.325.312,68 referente ao pagamento de Restos a Pagar.